

LUAN PHILIPPI MACHADO

**SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: ANÁLISE
ACERCA DE INDUTORES DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS
DAS COOPERATIVAS DE ELETRIFICAÇÃO
DO SUL DE SANTA CATARINA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientador: Prof. Dr. Sílvio Parodi
Oliveira Camilo
Coorientador: Prof. Dr.
Miguelangelo Gianezini

**CRICIÚMA
2020**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

M149s Machado, Luan Philippi.

Sustentabilidade socioambiental : análise acerca de indutores de práticas sustentáveis das cooperativas de eletrificação do Sul de Santa Catarina / Luan Philippi Machado. - 2020.

105 p. ; il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Criciúma, 2020.

Orientação: Sílvio Parodi Oliveira Camilo.

Coorientação: Miguelangelo Gianezini.

1. Cooperativas de energia elétrica - Santa Catarina, Região Sul. 2.
Desenvolvimento sustentável. 3.
Responsabilidade ambiental. 4.
Responsabilidade social da empresa. I.
Título.

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla - CRB
14/1101

Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC

Parecer ficha com assinatura da banca

Dedico este trabalho àqueles que me apoiaram nessa caminhada. Em especial minha mãe Zenilda.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter me proporcionado a oportunidade e capacidade de trilhar essa jornada de grandes aprendizados e realizações. Foram finais de semanas e noites de renúncias e privações, que com disciplina e determinação tornaram possível mais essa conquista.

A minha mãe, pela compreensão no convívio diário e em tantos momentos de ausência, de falta de humor e estresse, mas que não mediu esforços para me apoiar e incentivar na busca pelo conhecimento.

Ao meu pai e irmão, que sempre me apoiaram e me acalentaram nos momentos precisos.

Aos meus amigos, que souberam entender os momentos de ausência, mas mesmo assim permaneceram firmes me incentivando e apoiando, e foram fundamentais nos momentos em que mais precisei de apoio.

Ao meu orientador professor Dr. Silvio Parodi, pelos incentivos, orientações, contribuições e direcionamentos sempre oportunos e construtivos, que foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao meu coorientador, o professor Dr. Miguelangelo Gianezini, pelo aceite e contribuir e participar deste trabalho.

Aos avaliadores, o professor Dr. Jaime Dagostim Picolo, Membro – PPGDS/UNESC, e em especial, à avaliadora, professora Dra. Simone Sehnem, da Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC – que tão prontamente aceitaram o convite, mais uma vez, muito obrigado.

A professora Cristina Keyko Yamaguchi, que me acolheu e incentivou ao programa no início, ainda com disciplinas isoladas e fez com que tornasse ainda mais perspicaz a vontade de concluir o mestrado.

Estendo, dessa forma, a todos os professores do PPGDS/UNESC por todo conhecimento compartilhado e interações proporcionadas.

Aos colegas e amigos do PPGDS/UNESC que encontrei nessa caminhada, pelos conhecimentos compartilhados, experiências vividas nessa trajetória, anseios e angústias que juntos passamos e nos tornaram melhores frente aos obstáculos.

Agradeço a contribuição de todas as cooperativas que participaram deste estudo, desde o primeiro contato estabelecido, que por meio de seus colaboradores prestaram atendimento e apoio, e se dispuseram a atender aquilo que foi solicitado. Vocês compartilharam o

bem mais precioso, que é o conhecimento de vocês, dessa forma, fico extremamente grato a todos vocês.

A João Vânio Mendonça Cardoso, por me oportunizar o tempo necessário para a conclusão das disciplinas do programa, bem como pela compreensão nos momentos de ausência que se fizeram necessários nos momentos de pesquisa. Agradeço ainda por todo incentivo, apoio, conselhos e suporte dado em todos os momentos dos quais precisei, sem dúvida esse momento não seria possível sem esse apoio.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização e conclusão deste estudo. A todos, meus mais sinceros agradecimentos.

“Cuidemos dos nossos
corações porque é de lá que sai
o que é bom e ruim, o que
constrói e destrói.”

Papa Francisco

RESUMO

Este estudo investiga indutores de práticas socioambientais, voluntárias ou obrigatórias, evidenciadas em cooperativas de eletrificação – CE - do sul de Santa Catarina. Busca investigar os fatores que induzem práticas socioambientais, voluntárias ou obrigatórias, de cooperativas de eletrificação rural do Sul de Santa Catarina. Considerando a interdisciplinaridade dos campos teóricos, investiga-se quais os fatores inspiradores das práticas socioambientais voluntárias das cooperativas, e como essas práticas são reportadas para a comunidade local. As CE se destacam no setor de infraestrutura devido seu alcance em atender regiões de difícil acesso, e dar suporte de consumidores que não recebem atenção das distribuidoras de energia elétrica. Sob o aspecto metodológico, empregou-se a abordagem qualitativa com objetivos descritivos. Como estratégia de pesquisa foi realizado um estudo de levantamento. Como técnica de pesquisa, para a coleta dos dados, utilizou-se, primeiramente, um questionário aplicado em dezoito cooperativas permissionárias de Santa Catarina, para que se pudesse identificar na amostra as que apresentavam políticas e programas socioambientais. Portanto, com potencial para participar das entrevistas. Este conteúdo possibilitou a seleção de três cooperativas com mais aderência ao propósito da pesquisa. Os resultados encontrados demonstraram que as cooperativas possuem práticas socioambientais voluntárias institucionalizadas, cujas características sugerem práticas isomórficas normativas distintas. Identificou-se que a mudança na legislação, ou seja, na forma coercitiva, ampliou a discricionariedade das cooperativas para deliberarem acerca de ações socioambientais com efeitos locais. Mesmo assim, esta investigação revela, práticas socioambientais institucionalizadas pelas cooperativas sem a identificação de indutores isomórficos específicos, devido a algumas práticas serem semelhantes nas cooperativas estudadas.

Palavras-chave: Ações socioambientais. Ambiente Institucional. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

This study investigates inducers of socioenvironmental practices, voluntary or mandatory, evidenced in electrification cooperatives - CE - in the south of Santa Catarina. It seeks to investigate the factors that induce socio-environmental practices, voluntary or mandatory, of rural electrification cooperatives in the south of Santa Catarina. Considering the interdisciplinary nature of the theoretical fields, we investigate what are the factors that inspire the cooperative's voluntary socioenvironmental practices, and how these practices are reported to the local community. The CEs stand out in the infrastructure sector due to their reach in serving difficult to reach regions, and to provide support to consumers who do not receive attention from the electricity distributors. Under the methodological aspect, a qualitative approach with descriptive objectives was used. As a research strategy, a survey study was carried out. As a research technique, for data collection, we used, first, a questionnaire applied to eighteen permissioned cooperatives in Santa Catarina, so that we could identify in the sample those that presented socioenvironmental policies and programs. Therefore, with the potential to participate in the interviews. This content enabled the selection of three cooperatives with more adherence to the purpose of the research. The results found showed that cooperatives have institutionalized voluntary socioenvironmental practices, whose characteristics suggest distinct normative isomorphic practices. It was identified that the change in the legislation, that is, in the coercive form, increased the discretion of the cooperatives to deliberate about socio-environmental actions with local effects. Even so, this investigation reveals, socioenvironmental practices institutionalized by cooperatives without the identification of specific isomorphic inducers, due to some practices being similar in the studied cooperatives.

Keywords: Socio-environmental actions. Institutional Environment. Sustainable Development Goals.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Triple Bottom Line	48
Figura 2 - Framework - Pressões das forças isomórficas ambientais nas organizações.....	51
Figura 3 - Ramos de Cooperativa.....	59

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Apresentação dos procedimentos metodológicos	56
Quadro 2 - Cooperativas regulamentadas de Santa Catarina	61
Quadro 3 Questionário âmbito Ambiental	63
Quadro 4 - Questionário âmbito Social	64
Quadro 5 - Categorização da entrevista	67
Quadro 6 - Questionamento Institucional 1.....	71
Quadro 7 - Questionamento Institucional 2.....	72
Quadro 8 -Questionamento Institucional 3	74
Quadro 9 - Questionamento sobre Regulação 1	75
Quadro 10 - Questionamento sobre Regulação 2	76
Quadro 11 - Questionamento sobre Regulação 3	78
Quadro 12 - Questionamento esfera Econômica 1	79
Quadro 13 - Questionamento esfera Econômica 2.....	80
Quadro 14 - Questionamento esfera Econômica 3	81
Quadro 15 - Questionamento esfera Social 1	82
Quadro 16 - Questionamento esfera Social 2.....	84
Quadro 17 - Questionamento esfera Social 3	85
Quadro 18 - Questionamento esfera Ambiental 1	86
Quadro 19 - Questionamento esfera ambiental 2	88
Quadro 20 - Questionamento esfera Ambiental 3	89
Quadro 21 - Identificação de práticas na Coopermila	90
Quadro 22 -Identificação de práticas na Cergal.....	90
Quadro 23 - Identificação de práticas na Cerej	91

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Estudos correlatos quanto ao tema	54
Tabela 2 - Pontuação Questionário On Line	70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMESC	Associação de Municípios do Extremo Sul Catarinense
AMREC	Associação de Municípios da Região Carbonífera
AMUREL	Associação de Municípios da Região de Laguna
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
CEs	Cooperativas de Eletrificação
CMMAD	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNUDS	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável
NEI	Nova economia Institucional
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
OCESC	Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina
ONU	Organização das Nações Unidas
PPGDS	Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	29
1.1 TEMA, PROBLEMA E QUESTÃO DE PESQUISA	29
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA.....	33
1.2.1 Objetivo Geral	33
1.2.2 Objetivos Específicos.....	34
1.3 RELEVÂNCIA E CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA	34
1.4 ESTRUTURA DO ESTUDO.....	35
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	36
2.1 ABORDAGEM INSTITUCIONAL.....	36
2.1.1 Dimensão sociológica na abordagem institucional	38
2.1.2 Legitimidade institucional	41
2.2 REGULAÇÃO	42
2.2.1 Métodos regulatórios.....	44
2.3 SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	46
2.3.1 Institucionalização da Sustentabilidade	49
2.4 ESTUDOS ANTERIORES	52
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	55
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	55
3.2 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	57
3.2.1 Cooperativas de eletrificação e o Desenvolvimento.....	57
3.2.2 Caracterização das Cooperativas.....	60
3.3 COLETA DE DADOS	61
3.4 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS.....	66
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	69
4.1 ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS	69
4.2 CATEGORIA DE ANÁLISE INSTITUCIONAL	71
4.3 CATEGORIA DE ANÁLISE REGULAÇÃO.....	75
4.4 CATEGORIA DE ANÁLISE SUSTENTABILIDADE	79
4.4.1 Categoria Econômica	79
4.4.2 Categoria Social.....	82
4.4.3 Categoria Ambiental.....	86
4.5 PRÁTICAS SOCIAIS E AMBIENTAIS INSTITUCIONALIZADAS.....	90
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES	92
5.1 LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	94
5.2 SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS.....	95
REFERÊNCIAS	96

APÊNDICE(S)..... 102

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO <i>ON LINE</i>	103
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA	104

1 INTRODUÇÃO

Esta seção apresenta o tema de pesquisa—a problematização e a questão pesquisa. Inicialmente, destacam-se estudos concernentes as práticas sustentáveis no contexto institucional. Em seguida, apresentam-se os objetivos geral e específicos, e a justificativa do trabalho. E, por fim, a síntese da estrutura das próximas seções do estudo.

1.1 TEMA, PROBLEMA E QUESTÃO DE PESQUISA

A percepção organizacional quanto às ações sustentáveis aponta distorções em relação a sua funcionalidade e usualidade. Práticas sociais e ambientais desenvolvidas pelas organizações em seu cotidiano deveriam, em sua totalidade, representar a preocupação com as suas ações para com o meio em que estão inseridas. Contudo, ainda se torna perceptível que o desempenho social e ambiental das organizações decorre em função de secessão quanto às atividades econômicas, nível social, porte e volume organizacional etc. Sendo pouco notórias as suas motivações.

Desde 1972, a ONU (Organização das Nações Unidas) vem apontando que a ação humana, para com o meio em que vive, busca suprir suas necessidades e, além disso, seus caprichos, de forma a não garantir a sustentabilidade de suas ações, tornando findos os recursos utilizados (CMMAD, 1991).

A partir de conferências e acordos internacionais, diversos países buscam alinhar práticas e ações que tornem esse cenário internacional diferente e melhor para as gerações futuras. Assim, ocorreram, nas últimas décadas, eventos que marcam essa observação para novos horizontes, como a conferência de Estocolmo em 1972. O que inspirou, na década seguinte, a ONU a criar a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, com intuito de buscar novos entendimentos sobre as crises ambientais que estavam acontecendo.

Na década de 1990, acontece no Brasil, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (CNUMAD), conhecida como Rio-92. Nos anos 2000, realiza-se em Johannesburgo na África do Sul, mais uma reunião entre países, para discutir as ações e resultados dos últimos 10 anos, o evento ficou conhecido como Rio+10. Em 2012, comprometendo-se com as propostas e ações dos países signatários, novamente no Rio de Janeiro, no Brasil, ocorre a Rio+20, para que houvesse a renovação dos votos e intenções quanto às práticas sociais e ambientais esperadas por todas as nações.

Com o decorrer dos anos e dos eventos propostos por esses países e organizações, a percepção e a necessidade de as empresas se atentarem para os anseios daquilo que se propunha aumentaram de forma gradativa e consistente. Dessa maneira, as organizações também buscaram adaptar suas práticas, ainda que de modo pacato, para esse novo direcionamento social e ambiental.

E a normatização dessas práticas pelas organizações se deu pela necessidade observada pelos diversos órgãos e instituições internacionais¹. E, a partir daí, as organizações buscaram suas adequações, mas, além de atender a essas exigências, passaram a utilizar os reflexos em prol da firma.

Faria, Andrade e Gomes (2018) apresentam em seus estudos determinantes para a evidenciação organizacional, voltadas ao desempenho ambiental e social do ponto de vista de especialistas e gestores brasileiros. Dentre os vários pontos destacados, alguns ganham ênfase quando também apontados em outros estudos, tais como, certificação ambiental (AMRAN; PERIASAMY; ZULKAFI, 2014; BARBIERI, 2011; COLARES *et al.*, 2013; VILLAS BOAS, 2012), desempenho econômico (CORREA, 2010; DAWKINS; FRAAS, 2011; FARIAS, 2008; MOREIRA, 2013; ZIEGLER; BUSCH; HOFFMANN, 2011), estratégia empresarial (BARBIERI, 2011), nível de regulação (ALPERSTEDT; QUINTELA; SOUZA, 2010; FREITAS *et al.*, 2014; MOREIRA, 2013; SILVA; DA COSTA LIMA, 2013; SULLIVAN; GOULDON, 2012), ramo (alto/baixo impacto) (BROUHLE; HARRINGTON, 2009; BURGWALL; VIEIRA, 2014; LOPES *et al.*, 2015; GONCALVES, 2011; LEE, 2012; LUO; LAN; TANG, 2012), tamanho da empresa (BURGWALL; VIEIRA, 2014; GONÇALVES, 2011; IATRIDIS, 2013; LEE, 2012; MURCIA *et al.*, 2009; RIBEIRO; GUSMAN, 2008; ROVER *et al.*, 2012).

Recentemente, Azevedo *et al.* (2019) levantaram em seus estudos determinantes que apontam para a divulgação voluntária de práticas sociais e ambientais de determinados grupos empresariais. Esses dados são de relatórios publicados em diversas bolsas de valores, tais como BM&FBovespa, Bolsa de Valores da Austrália, Bolsa de Valores de Copenhague e a Bolsa de Valores da Tailândia. Nos resultados, os autores apresentam que algumas variáveis predominam para a divulgação voluntária de práticas sociais e ambientais. Como

¹ A ONU, como propulsora dessas ações, iniciou o processo de inserção de políticas internacionais para o desenvolvimento sustentável, forma disso é a criação das diversas comissões criadas, tais como a CMMAD, CNUMAD.

determinantes à pesquisa, foram destacados o tamanho da organização, a natureza da atividade desenvolvida, a riqueza criada, a participação para compor o ISE, processos de auditoria, alavancagem financeira, influência na comunidade e participação no comitê de sustentabilidade (ALMEIDA-SANTOS *et al.*, 2012; BURGWAL; VIEIRA, 2014; GOMES *et al.*, 2015; MURCIA *et al.*, 2008; ROVER *et al.*, 2012; SILVA *et al.*, 2015; SUTTIPUN; STANTON, 2012).

O processo de aderência, seja normativo ou não, é descrito por Dimaggio e Powell, (1983), como Isomorfismo. Fundamentado na teoria das instituições, na qual as organizações buscam demonstrar suas práticas se baseando em organizações que já fazem esse processo ou não; quando sim, buscam resultados positivos para reproduzi-los. Quando não, atendem às normas ou desenvolvem modelos que atendam àquilo que lhes é proposto.

Almeida e Callado (2017) descrevem que, no campo organizacional, o isomorfismo aponta algumas hipóteses de relação e destacam duas em especial. Uma delas aponta que quanto mais as organizações em um campo interagem com as agências governamentais, maior o grau de isomorfismo como um todo. E quanto maior o grau de profissionalização de um campo, maior a quantidade de mudanças isomórficas institucionais.

Observadas as atividades que permeiam o ambiente organizacional, nota-se a relevante influência dada ao setor elétrico. Oliveira (2005) apresentou um estudo com as 500 maiores empresas S.A. não-financeiras do Brasil, para averiguar as informações de caráter socioambiental. Essa análise destacou que 50% dessas empresas estão concentradas em apenas cinco setores, sendo eles eletricidade e gás, aeronaves, petróleo, fumo, e papel e celulose. Nos resultados, o autor salientou que o setor elétrico é o mais relevante, no qual trinta e seis das cinquenta e oito empresas (62% do setor) fazem a publicação do seu balanço social evidenciando as informações socioambientais de forma correta.

Rufino e Monte (2014) apresentam em seus estudos uma relação de 100 empresas com mais negociadas na BM&FBovespa, para elucidar, por meio de uma técnica de regressão linear múltipla, os fatores que explicam a divulgação de informações de práticas voluntárias. Nos resultados, o setor elétrico apresenta 14 empresas com informações divulgadas; no setor de construção, 11 empresas; setor de comércio, 8 empresas; no setor de alimentos, 7 empresas; e demais setores distribuídos em menores quantidades. Demonstrando a representatividade do setor elétrico na pesquisa.

Faria, Andrade e Gomes (2018) apontam que o ramo (alto/baixo impacto) possui forte influência nos impactos causados ao ambiente. Também evidenciam os destaques de estudos feitos em determinadas atividades, além de apontar um aumento de 82% na adesão voluntária por empresas do setor elétrico na divulgação de informações ambientais nos relatórios GRI. Sabe-se que o setor de energia elétrica é amplamente regulamentado e fiscalizado por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, o que contribui para um isomorfismo mais intenso.

Estudos anteriores como Azevedo *et al.* (2019), Faria, Andrade e Gomes (2018), Giacomini (2016), Voltarelli (2018) apontam a realidade de organizações que utilizam do processo de evidenciação de suas práticas sociais e ambientais por meio dos relatórios anuais publicados em seus *sites* e disponíveis nos relatórios da Bolsa de Valores, BM&FBovespa. Não obstante, além das grandes instituições que atuam em atividades de alto risco, a citar o setor de energia elétrica, pequenas organizações são responsáveis por atender a realidades mais distantes e remotas de grandes centros, e, ainda assim, necessitam atender a critérios de elevados níveis de segurança e responsabilidade.

Ainda dentro desse contexto, Silva (2017) apresenta em seu estudo as práticas e ações socioambientais de empresas do setor elétrico de Santa Catarina. Em sua análise, o autor faz uma relação com as empresas do setor de menor abrangência, como as cooperativas de eletrificação rural. As cooperativas são aliadas a grandes empresas de distribuição, contudo, não se apresentam em objetos de estudo quanto as suas práticas e ações socioambientais.

As cooperativas de eletrificação rural, regulamentadas pela ANEEL, atendem a critérios normativos, tais quais grandes organizações também atendem. Contudo, em observância ao mercado atendido por tais cooperativas, a ANEEL determina que, diferentemente das grandes empresas, a publicação dos Relatórios de Responsabilidades Socioambientais (RSA) se torna opcional. Assim disposto por meio do Despacho da ANEEL, em atendimento à REN n. 607/2014, as cooperativas com mercado próprio inferior a 500 GWh/ano ficam desobrigadas à emissão de tais relatórios (ANEEL, 2015). No Brasil, 13% dos municípios são atendidos por meio de cooperativas de eletrificação rural, o que representa aproximadamente 703 municípios, abrangendo cerca de 664 mil consumidores (CARDOSO; CAMILO, 2018).

As cooperativas do ramo de infraestrutura são reguladas pelo Estado, atendendo assim ao poder de coerção que lhes é imposto. Mas, para além disso, buscam atender às necessidades que a comunidade

necessita, e desenvolvem ações que contribuam para o seu desempenho e harmonização. As cooperativas de eletrificação estimulam o crescimento econômico e social, pois fornecem recurso essencial para o desenvolvimento, fomentando novos hábitos e cadeias produtivas em sociedade (REIS; SANTOS, 2015).

Sobre esse ângulo, este estudo busca identificar as organizações que tendem, assim, a adequar e estimular esforços para que o seu ganho econômico seja possível, sem que as demais áreas deixem de ser atendidas. Forma disso se destacam aqui as cooperativas de eletrificação, que buscam levar desenvolvimento e melhores condições de vida a determinadas comunidades e regiões distantes de grandes centros (PELEGRINI, 2003). Destarte, busca-se com esse estudo investigar as ações sociais e ambientais que são desenvolvidas para além do que é exigido pela regulação das cooperativas; sugere-se, então, a seguinte questão pesquisa:

Quais os fatores indutores de práticas socioambientais voluntárias das cooperativas de eletrificação? E como essas práticas são divulgadas à comunidade?

Para isso, serão considerados os seguintes objetivos do estudo.

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

A fim de atender à questão pesquisa, foi elaborado o objetivo geral, que se relaciona com o conteúdo intrínseco, de fenômenos ou eventos, do que será estudado, estando ligado a uma visão abrangente do tema.

1.2.1 Objetivo Geral

Investigar os fatores que induzem práticas socioambientais, voluntárias ou obrigatórias, de cooperativas de eletrificação rural do Sul de Santa Catarina.

1.2.2 Objetivos Específicos

Com base no exposto, têm-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar práticas sociais e ambientais das cooperativas de eletrificação;
- b) Verificar práticas socioambientais das cooperativas segundo suas características isomórficas;
- c) Comparar práticas socioambientais voluntárias isomórficas intercooperativas;

1.3 RELEVÂNCIA E CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA

O ambiente organizacional se adequa constantemente às estruturas impostas pela sociedade e se molda periodicamente em busca de sobreviver e se sustentar. Os modelos institucionalizados, da mesma forma, atentam em estabelecer práticas e princípios que se adequem aos novos tempos.

A sustentabilidade nas organizações é observada e pautada diariamente, seja pelos gestores, fornecedores, clientes ou colaboradores. É vale destacar que empresas sustentáveis são necessárias ao convívio comum, e suas ações irão mostrar sua perpetuação no mercado. Ressaltando que a dimensão econômica é observada em conjunto com a dimensão ambiental e social, as quais juntas irão determinar as práticas que as organizações deverão desempenhar em sociedade.

As cooperativas de eletrificação desempenham uma função fundamental em comunidade, proporcionando infraestrutura e desenvolvimento regional, com trabalhos sociais e corporativos. Amparadas pela regulação da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica -, buscam desempenhar sua função econômica, bem como atender às possíveis demandas nas localidades de atuação.

Com esse trabalho, busca-se contribuir para os estudos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, na área de concentração do Desenvolvimento socioeconômico, com aderência à linha de pesquisa em Trabalho e Organizações, a qual procura investigar determinados fenômenos vinculados desenvolvimento social, ambiental e econômico, de certo modo, contribui com a proposições da disciplina Desenvolvimento e

Sustentabilidade. Onde em seu escopo analisa a dinâmica da gestão organizacional no contexto atual, tendo por referência a sustentabilidade das organizações e da sociedade.

Além disso, essa análise se apoia em estudos da mesma linha desenvolvidos anteriormente no programa, Silva (2017), Cardoso (2018) os quais trabalham com organizações semelhantes às cooperativas, ou do mesmo setor, buscando encontrar paridade e rupturas entre os resultados.

A prática social e os desempenhos ambientais são necessários ao desenvolvimento dessas cooperativas, e das comunidades as quais fazem parte, e é por meio da divulgação dessas ações, que as elas tendem a se envolver ainda mais com a comunidade.

1.4 ESTRUTURA DO ESTUDO

O estudo está segregado por seções, apresentadas a partir da introdução, seguido pela fundamentação teórica, procedimentos metodológicos, resultados da pesquisa e considerações finais. Após este capítulo introdutório, será apresentado, no próximo capítulo os conceitos sobre a teoria institucional, regulação, sustentabilidade e cooperativismo. Na sequência, será apresentado os procedimentos e enquadramentos metodológicos do estudo, a caracterização do local de estudo e a forma de análise dos dados coletados. Seguindo, será apresentada a análise dos dados coletados, com os resultados; finalizando com as considerações sobre o estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A partir dessa seção será apontado os conceitos e fundamentos teóricos sobre teoria institucional e suas escolas, teoria da regulação, e por fim de sustentabilidade.

2.1 ABORDAGEM INSTITUCIONAL

O desenvolvimento econômico e social se moldou com o passar dos tempos devido as constantes mudanças e inserções de novos hábitos e costumes em sociedade (FURTADO, 1986; SCHUMPETER, 1982). Desde os tempos mais remotos, as interações entre as pessoas já existiam e, de forma primitiva e pacata, formavam entre si movimentos de trocas e comercializações; mesmo que espontaneamente, praticavam seus costumes em busca de satisfazerem suas necessidades.

Esse processo cíclico envolvendo as constantes adaptações caracterizam o que para Veblen (1965) apontam as características das instituições, quando diz que essas são hábitos mentais, que baseiam a vivência dos homens, adquiridas em épocas e momentos remotos são adaptados regularmente para o momento presente. Porém nunca em pleno acordo, assim esses costumes são caracterizados como padrões de comportamento, informal.

Na visão de Meyer e Rowan (1977), as organizações são estruturas formais que refletem regras institucionais racionalizadas. Nesse contexto, o campo organizacional tende a incorporar práticas e procedimentos definidos por conceitos racionalizados, institucionalizados em sociedade, com intuito de aumento de legitimidade e níveis de sobrevivência.

Machado da Silva e Gonçalves (1998) argumentam que o campo teórico institucional advém da mescla de outros campos teóricos, tais como da ciência política, da sociologia e da economia, os quais fundem a ideia de instituições e de padrões de comportamento, valores, normas, crenças e pressupostos, que vão além dos indivíduos, para também grupos e organizações. Na dimensão econômica, as instituições dadas como regras de uma sociedade (NORTH, 1991) buscam dirimir os entraves que possam existir entre as interações de pessoas e organizações, buscando otimizar seus ganhos. A corrente sociológica vai de encontro com a perspectiva racionalista que traz consigo uma nova maneira de enxergar as organizações. Já, a corrente política por sua vez, para Carvalho e Vieira (2002), advém da autonomia relativa das instituições políticas em relação à sociedade, à complexidade dos

sistemas políticos existentes e do papel central exercido pela representação e o simbolismo no universo político.

A corrente política, da perspectiva institucional, concentra seu interesse em questões como a autonomia relativa das instituições políticas ante a sociedade, a complexidade dos sistemas políticos e a centralidade do papel exercido pela representação e o simbolismo no universo político. Para DiMaggio e Powell (1991), esses temas são estimulados pelas duas principais tendências do institucionalismo político, uma delas é a teoria positiva, que mantém foco na análise dos processos de tomada de decisões políticas e a relação entre estrutura e produtos ou resultados políticos nas instituições políticas domésticas. E a outra é a dos regimes, que se interessa pelas relações internacionais, em particular pelas formas de cooperação internacional e as instituições que as promovem (CARVALHO *et al.*, 2005).

Para March e Olsen (1993), as teorias sobre a vertente política possuem uma orientação instrumentalista na qual o fundamento está na alocação de recursos, no atendimento aos interesses e na obtenção de resultados. Já, na perspectiva da ciência política, a maioria dos principais agentes nos modernos sistemas políticos e econômicos são organizações formais, instituições legais e burocráticas que desempenham um papel dominante na vida contemporânea (CARVALHO *et al.*, 2005).

No aspecto econômico da teoria institucional, a nova economia institucional, para alguns autores, consiste no ressurgimento da teoria institucional a partir da década de 1970, sob a denominação de NEI – Nova economia Institucional - (MARCH; OLSEN, 1989; POWELL; DIMAGGIO, 2001; SCOTT, 1995). Mas, é na década de 1960 que os principais autores deram suporte à teoria, como Oliver Williamson, Ronald Coase e Douglass North (CAVALCANTE, 2011). O foco da nova interpretação institucional se deslocou para a visão sobre as conexões entre os custos de transação e a teoria das organizações, analisando as relações econômicas do universo organizacional, considerando as falhas dos mecanismos e o equilíbrio de mercado (CARVALHO *et al.*, 2005).

Para North (1991), as instituições são estabelecidas como regras, podendo ser elas formais ou informais, criadas pelos indivíduos para regular a interação entre eles em uma sociedade. Dessa maneira, as instituições constituem o modo em que deve existir a troca entre as pessoas, seja pela forma social, política ou econômica. Regulando assim a interação dos indivíduos e minimizando as incertezas desse ambiente (CAVALCANTE, 2011). Além disso, Cavalcante (2011) acrescenta

que, na visão de Coaser (1998), as instituições são as que governam o desempenho de uma economia e é isso que dá importância ao conceito da NEI dentro desse meio.

Para Estêvão (2004), a NEI possui duas hipóteses fundamentais: a informação nem sempre é completa para os indivíduos, e estes possuem modelos mentais diferentes sobre o modo de como funcionam as coisas a sua volta. Assim, ocorre a situação de imprevisibilidade em relação às escolhas, que acaba por se refletir nos custos de transação do mercado. Dessa forma, as instituições são arranjos que os indivíduos estabelecem para minimizar esses custos.

A maneira como a sociedade evolui e o processo de desenvolvimento econômico e social é parte central na análise das instituições, pois são elas que facilitam a interação entre os indivíduos, definem o ambiente em que funcionam, além de definir como a sociedade evolui no tempo, pois as mudanças institucionais determinam a harmonização das regras, normas e imposições que formam a estrutura institucional (NORTH, 1991).

Na vertente sociológica, Almeida e Callado (2017) argumentam que as organizações são influenciadas pelas instituições em seu meio. Pensamento também defendido por DiMaggio e Powell (1983), quando afirmam que sociologia institucional se preocupa com a homogeneidade e não com a variação, o que leva as organizações a responderem às influências do ambiente, mas não apenas de variáveis concretas, como tecnologia, tamanho, mas também em alguns casos com maior ênfase, a valores, crenças e mitos compartilhados.

Na visão de Carvalho *et al.* (2005), as organizações geralmente adotam linhas de atuação anteriormente definidas e racionalizadas na sociedade na tentativa de obter legitimidade, e o fazem mediante processos isomórficos.

Na direção de envolver a vertente sociológica nesta dissertação, será abordado com maior ênfase no próximo tópico, os envoltimentos e processos isomórficos da teoria institucional que farão parte dos construtos teóricos do campo de pesquisa.

2.1.1 Dimensão sociológica na abordagem institucional

Devido às organizações estarem dispostas em um mesmo contexto ambiental, DiMaggio e Powell (2005) entendem que elas se tornam semelhantes entre si, pois não competem somente por recursos e clientes, existe aí um impulso inexorável em direção à homogeneização de suas práticas e características. De acordo com os autores, campos

organizacionais fortemente estruturados fornecem um contexto no qual empenhos individuais para lidar racionalmente com a incerteza e com restrições, geralmente, levam à homogeneidade em termos de estrutura, cultura e resultados (MORAIS; OLIVEIRA; SOUZA, 2014).

O desenvolvimento coletivo das organizações em um mesmo ambiente institucional se caracteriza por refletir a busca pela legitimação delas, pois a busca pela legitimidade irá lhe garantir a sobrevivência no contexto determinado. Dessa forma, serão aceitas e recompensadas por sua legitimidade, sobrevivência e recursos, fundamentadas na aceitação de pressões externas (PEREIRA, 2012).

Powell e DiMaggio (1991) e Rowan e Meyer (1991) afirmam que, no campo organizacional, diversas forças emergem e levam as organizações a se tornarem mais similares entre si, e essa similitude, apresentada no mesmo ambiente institucional, e o processo de homogeneização são definidos como isomorfismo (CARVALHO *et al.*, 2005; PECI, 2006). Ou seja, de acordo com o raciocínio institucionalista de Meyer e Rowan (1977), as organizações geralmente adotam linhas de ação anteriormente definidas e racionalizadas na sociedade na tentativa de obter legitimidade, e o fazem mediante processos isomórficos.

Para DiMaggio e Powell (2005), o isomorfismo pode ser diferenciado em dois tipos: o competitivo e o institucional. O primeiro relacionado à competição de mercado, mudança de nichos e medidas de adequação existente em que a competição de mercado livre tem o foco na análise da ecologia organizacional, apesar de não apresentar um quadro adequado ao mundo moderno das organizações. O isomorfismo institucional, por sua vez, vem suprir essa carência, preocupando-se com as forças que pressionam as comunidades em direção a uma mudança ao mundo exterior (MORAIS; OLIVEIRA; SOUZA, 2014). Ainda, no contexto institucional, DiMaggio e Powell (1983) classificaram o isomorfismo como mecanismos institucionais, em três tipos: isomorfismo coercitivo, que decorre de influência política ou problema da legitimidade; isomorfismo mimético, resultante de respostas a padrão de incerteza; e o isomorfismo normativo, associado à profissionalização.

O isomorfismo coercitivo resulta de pressões formais e informais exercidas sobre as organizações por outras e pelas perspectivas culturais da sociedade das quais ela depende. Ou seja, pode ser resultante de pressões provenientes de outras organizações das quais depende, forçando a adoção de práticas equivalentes, das expectativas da sociedade ou até mesmo de alguma norma governamental. Tratando-se, portanto, de uma influência política e também legítima de atores externos normalmente de influentes organizações, incluindo o Estado

(DIMAGGIO; POWELL, 1983; DIMAGGIO; POWELL, 2005; GARRIDO; SALTORATO, 2015; LEITER; PAYNE, 2008; MORAIS; OLIVEIRA; SOUZA, 2014; MOTKE; RAVANELLO; RODRIGUES, 2016; MUNCK; DIAS; SOUZA, 2010).

O isomorfismo mimético, por sua vez, está pautado na incerteza, encorajado pela imitação devido à insuficiência de compreensão das tecnologias organizacionais, quando as metas são ambíguas ou o ambiente cria uma incerteza simbólica. Nesse contexto, a organização molda a si própria seguindo modelos de outras organizações que julga serem superiores, assim, adota procedimentos e técnicas já provadas na tentativa de se livrar das incertezas ou mesmo para se legitimar, demonstrando que está constantemente em busca de melhorias em suas atuações. O que denota mudanças organizacionais de caráter mimético universal, do que de mudanças por tentativas de melhorias na eficiência empresarial. Esse comportamento também pode ser visto como um desejo de evitar parecer diferente das demais (CARVALHO; VIEIRA; LOPES, 1999; DIMAGGIO; POWELL, 1983; DIMAGGIO; POWELL, 2005; LEITER; PAYNE, 2008; MORAIS; OLIVEIRA; SOUZA, 2014; MOTKE; RAVANELLO; RODRIGUES, 2016; MUNCK; DIAS; SOUZA, 2010).

Já o isomorfismo normativo caracteriza-se pela adesão voluntária dos trabalhadores, cujos futuros estão inextricavelmente ligados ao destino das organizações que os empregam. Derivado principalmente da profissionalização, na qual a luta coletiva de membros de uma profissão procura definir as condições e métodos de seu trabalho. Ademais, essa forma de atuação é considerada importante por dois aspectos: de um lado a legitimação de uma base cognitiva por meio de especialistas universitários e, de outro, o crescimento e a elaboração de redes de profissionais que difundem novos modelos rapidamente. Logo, os profissionais de determinada área definem as melhores condições e forma de trabalhar (CARVALHO; VIEIRA; LOPES, 1999; DIMAGGIO; POWELL, 1983; DIMAGGIO; POWELL, 2005; LEITER; PAYNE, 2008; MORAIS; OLIVEIRA; SOUZA, 2014; MOTKE; RAVANELLO; RODRIGUES, 2016; MUNCK; DIAS; SOUZA, 2010).

A teoria institucional enfatiza o valor da sobrevivência em similaridade ao ambiente institucional. Sendo que ela leva para uma maior estabilidade, legitimidade e acesso aos recursos. Nesse contexto, as estruturas das organizações tendem a ser parecidas com empresas já legitimadas pela sociedade, levando, assim, as demais organizações a seguirem o mesmo modelo já aceito. E o fato de as empresas buscarem a

similaridade com empresas já existentes as leva a buscarem a mesma legitimidade já aceita e consolidada em sociedade (BAUER; NAIME, 2012).

2.1.2 Legitimidade institucional

A busca por legitimidade traz inúmeras vantagens, retratando um processo necessário para o sucesso das organizações em seu campo de atuação, em que demonstram seu poder (DIMAGGIO; POWELL, 2005). Para Queiroz *et al.* (2007), pode ser considerada como garantia de fontes de renda econômicas, por meio do uso do capital institucional como recurso para encaminhar estratégias.

O direcionamento das ações das organizações, em partes, pode estar direcionado em resposta às pressões externas por parte da sociedade, por imposição do mecanismo de isomorfismo normativo ou pelo governo, que, por meio de normatizações, detém o poder de acionar o isomorfismo coercitivo, visto que atender essas exigências é fundamental para a legitimidade da organização enquanto elemento constitutivo do sistema social (MEYER; ROWAN, 1977; MORAIS; OLIVEIRA; SOUZA, 2014). Contudo, Silva, Gonçalves e Moraes (2015) acrescentam, que no âmbito institucional, as companhias necessitam da aceitação da sociedade a qual requer delas serviços que atendam às suas necessidades; logo, busca, na evidenciação de práticas voluntárias, a sua legitimidade perante a sociedade.

Para Guthrie e Parker (1989), a teoria da legitimidade se baseia na ideia de que a empresa opera em sociedade por meio de um contrato social, pelo qual se compromete a realizar diversas ações socialmente desejadas em troca de aprovação de seus objetivos. É por meio do enfoque sociológico abordado pela teoria da legitimidade, que as organizações manifestam seus interesses em comunidade de forma responsável, em alinhamento com normas e crenças que são aceitas pelo corpo social em preocupação com a legitimidade externa da organização (PATTEN, 1992; FARIAS, 2008).

Dimaggio e Powell (2005) e Machado da Silva e Fonseca (2010) argumentam que elementos institucionais direcionam as organizações a desenvolverem práticas semelhantes, denominadas isomorfismo, a fim de buscarem similaridade em suas ações, o que intencionalmente direciona suas ações a buscarem a legitimidade organizacional. Contudo, acrescentam também que a homogeneidade de suas práticas não necessariamente as torna mais eficientes (SALVADOR *et al.*, 2018).

De acordo com Suchman (1995), legitimidade é a percepção das ações da entidade no sentido de verificar se são desejáveis ou apropriadas, com base em um sistema socialmente constituído de normas, valores, crenças e definições. De forma que reflete a conformidade entre os comportamentos da empresa legitimada e as crenças compartilhadas por um grupo social, no qual está inserida. Vale lembrar que ocorrendo mudanças nos valores do sistema ao qual a organização faz parte, o grau de legitimação também poderá sofrer alteração, visto que é a sociedade que confere a legitimidade (BAUER; NAIME, 2012; FERREIRA; SILVA; NETO, 2012).

O'Donovan (2002) argumenta que a teoria da legitimidade é baseada na ideia de que, para continuar a operar com sucesso, as empresas devem agir dentro de fronteiras que a sociedade identifica como um comportamento socialmente aceito, ou seja, a existência das empresas depende da vontade da sociedade de permitir que elas continuem a operar.

Para existir o desenvolvimento das organizações para que possam desenvolver seus papéis sociais, surgem as regulações impostas a elas. Essa normatização não surge como limitador ao seu desenvolvimento, mas como balizador meio ao interesse e desejo de atuar e garantir um mercado único e monopolista. Esse processo regulatório surge e se desenvolve à medida que novas instituições e novos mercados ganham forma, fazendo com que apontem novas necessidades de controle.

2.2 REGULACÃO

Para que o desenvolvimento harmônico em sociedade possa ser estimulado e desenvolvido, faz-se necessário que o conjunto de ações de estímulos e limites seja regulado pelos órgãos competentes, a fim de não tornar o ambiente saturado nem mesmo alguém daquilo que seja imprescindível para seu crescimento. Regular a economia e os agentes de atuação do mercado é tarefa estrutural de um Estado atuante e competente; logo, desconhecido é uma economia que consiga funcionar sem que haja algum tipo de regulação.

Observada a existência de falhas no mercado, dificultando a concorrência natural, surge então a figura do regulador, em busca de corrigir as possíveis falhas, proporcionando o bem-estar dos envolvidos. Dessa forma, a regulação se caracteriza por impor restrições às decisões dos agentes, ou até mesmo, limitações, normas e padrões às ações e decisões das firmas no desempenho de sua função social (KESSLER, 2006).

A necessidade para o regime de acumulação faz com que se torne necessário o controle das formas de atuação em sociedade, essa regulação, para Lipietz (1979) e Boyer (1990), é o modo pelo qual as relações sociais se reproduzem apesar de seu caráter conflitual. Esse modo de regulação, na visão de Boyer (1986), corrobora com as palavras de Nascimento (1993) e Franchini; Castro (1995) ao elucidar três propriedades básicas do modo regulacionista: a primeira trata de reproduzir as relações sociais fundamentais através de um conjunto de formas institucionais determinadas, a segunda sustenta e dirige o regime de acumulação e a terceira procura assegurar a compatibilidade dinâmica de um conjunto de decisões descentralizadas.

Em dissolução às demandas dos mais diversos grupos de interesse, a regulação é fornecida como resposta, vista como um produto alocado por meio da lei da oferta e demanda, compreendendo atores beneficiados adversos aos que cumprem suas obrigações (POSNER, 1974; VILLAN, 2016). Posner (1974) acrescenta ainda que a regulação econômica se caracteriza como intervenção do governo no mercado, por meio de um conjunto de leis e regras relativo ao que as pessoas, empresas e organizações podem e não podem fazer, mantendo os padrões institucionalizados (VILLAN, 2016).

Dentre as definições de regulação, algumas ilustram sua importância e referência ao Estado. Nessa percepção, Sappington (1994) aponta que a regulação é definida como a aplicação de regras que encorajem a firma regulada a atingir determinados objetivos estabelecidos pelo regulador. Já Viscusi, Vernon e Harrington (1996) apontam que a regulação é definida como um tipo de limitação imposta pelo Estado sobre as ações que podem ser exercidas pelas organizações e os indivíduos, as quais são sustentadas pela ameaça de sanção. Nesse sentido, Fiani (1998) define a regulação como “a ação do Estado que tem por finalidade a limitação dos graus de liberdade que os agentes econômicos possuem no processo de tomada de decisões” (FIANI, 1998, p. 1). Ademais, a regulação está baseada na premissa de que, em alguns mercados, não existe, naturalmente, uma alocação de recursos equilibrada, consequência de uma insuficiência de mercado, sejam eles clientes ou fornecedores.

Kahn (1988) descreve que a essência da regulação é a permuta explícita da competição por ordens governamentais que são o principal mecanismo institucional para assegurar o bom desempenho de uma economia. Mais recente, Church e Ware (2000) discorrem a regulação de modo amplo, como sendo a intervenção governamental que busca mudar os resultados de um mercado. Assim, Kessler (2006) descreve a

regulação como a busca por mecanismos que possam corrigir as falhas de mercado existentes em alguns setores, justificando, dessa forma, a intervenção do Estado como forma de garantir que a sociedade tenha à disposição os serviços adequados às suas necessidades, em quantidade, qualidade, segurança e, principalmente, a um custo equiparado a sua renda.

Viscusi, Vernon e Harrington (1996) e Kessler (2006) descrevem que a regulação é o uso do poder para restringir as decisões e ações dos agentes econômicos, lembrando que a econômica se refere à imposição governamental restringindo as decisões dos agentes sobre preço, quantidade, entradas e saídas. Considerando os setores econômicos, Kessler (2006) afirma que, no setor elétrico, essa normatização, normalmente, se apresenta na forma de padrões de qualidade de atendimento, preços máximos, restrição no repasse de custos, monopólio de uma determinada área, entre outros. A regulação econômica na visão de Salgado e Motta (2005) define direitos exclusivos a um operador para que ele maximize suas economias, ainda para esses autores, a ação regulatória se concentra em três pontos: preço, qualidade e condições de entrada e saída.

2.2.1 Métodos regulatórios

Para compreender o processo regulatório Salgado e Motta (2005) o segmentam em três pontos: controle de entrada e saída; definição tarifária; e desverticalização. E eles ainda descrevem suas evidências.

Na visão dos autores a criação de barreiras à entrada e à saída de agentes nos mercados, por meio de mecanismo de concessão de direitos e operação, é essencial, para se garantir a eficiência, para que as operadoras possam explorar as economias e produzir ao menor custo possível. As definições tarifárias devem trazer incentivos à eficiência e à distribuição de ganhos de produtividade com os consumidores. O objetivo aqui é estabelecer estímulos à eficiência produtiva, o que confere ao regulador o poder de definir um teto para o preço médio ou de cada produto ou serviço oferecido.

Já, na desverticalização, a boa regulação se daria no impedimento de setores muito verticalizados, impedindo que o mercado não possa atuar de forma competitiva. Isso acontece, como exemplo, no setor elétrico, no qual é possível a separação de mercados potencialmente competitivos, de geração e distribuição, da rede de transmissão, que podem operar como monopólio natural. Tancini (2013) acrescenta que

no Brasil, foi a partir de 2004 que ocorreu a desverticalização, fazendo com que a distribuição de energia se segregasse de outras atividades.

Ressalta-se que o grande desafio do regulador é promover o interesse público, garantindo, de um lado, a lucratividade que viabilize os investimentos privados, e, de outro, o bem-estar do consumidor por meio da disponibilidade do serviço, em condições adequadas de qualidade e preço. Nesse aspecto, Pelegrini (2003) diferencia a regulação dos agentes de distribuição de energia elétrica em dois pontos, a regulação técnico-comercial, que trata da qualidade do serviço e das relações com os consumidores, e econômica, que trata das tarifas e do equilíbrio econômico-financeiro da empresa.

No setor elétrico, Tancini (2013) descreve os três tipos de figuras jurídicas existentes: as de concessão, permissão e autorização. A concessão está ligada à delegação de um direito público, também encontrada nas permissões. Já as autorizações exercem atividades em seu próprio interesse. Contudo, as permissões e autorizações representam contratos unilaterais, enquanto somente as concessões representam contratos bilaterais.

Pode-se dizer que, no Brasil, o ambiente de comercialização de energia elétrica se encontra de duas maneiras: o regulado e o livre. No qual, o ambiente existente dentre os quatro tipos de atividade do setor elétrico, que são: geração, transmissão, distribuição e comercialização. No ambiente de comercialização, o regulado é denominado “ambiente de contratação”, que ocorre na maioria das regiões do país. No livre mercado, o consumidor tem a possibilidade de escolher de quem vai adquirir a energia, sendo do distribuidor ou não. Nesse cenário, a atividade de geração, no Brasil, é caracterizada principalmente pelas hidrelétricas, desenvolvidas principalmente pela quantidade abundante de águas para mover o setor. As transmissoras são responsáveis pela construção e operação das redes que interligam as geradoras às distribuidoras, caracterizadas por um mercado monopolista, pois não existe sentido econômico em duas redes de transmissão que interliguem as mesmas localidades. Já as distribuidoras têm a função de comprar a energia das geradoras e comercializadoras, para revender aos consumidores e manter e operar a rede de distribuição (TANCINI, 2013).

Em relação ao setor elétrico, pode-se dizer que ele é caracterizado por mercados monopolizados, devido à infraestrutura investida que não viabiliza a abertura de mercado aos concorrentes, concedendo, assim, permissões de uso e de atuação. Nesse âmbito, Kessler (2006) aponta que monopólios naturais ocorrem sempre que os custos de produção

forem menores se produzidos por uma única firma, ao invés de duas ou mais. O autor ainda declara que, em mercados comuns, a concorrência entre as firmas ocorre, pois operam e disputam o mesmo mercado consumidor, e, nessa situação, pode escolher qual produto ou serviço atende suas necessidades, considerando suas preferências. Já, no monopólio natural, as condições de mercados não são possíveis de controlar esse equilíbrio, assim a regulação se torna o vetor que cria as condições para que os objetivos essenciais sejam atingidos, evitando interferências indevidas e o aumento excessivo dos custos de transação (KESSLER, 2006).

No contexto organizacional, a busca pela regulação e atenção às exigências sociais são constantes e necessárias. Nesse sentido, as necessidades de atenção de mercado desenvolvem-se à medida que as exigências mercadológicas anseiam por novos costumes e práticas. Sustentar a atenção da organização para o âmbito econômico, há tempos, vem dividindo atenção com a esfera social, pois é o ambiente em que se insere a organização, mas também com a esfera ambiental, percebendo o impacto que as atividades e ações que a organização está desempenhando, além de refletir em sociedade.

O crescente número de leis e regulamentações, criadas nos últimos anos, faz com que as questões sustentáveis se tornem praticamente obrigatórias para as organizações. A sustentabilidade, que se pauta nessas três esferas - social, ambiental e econômica - busca alinhar as ações que as firmas e a sociedade desenvolvem, tentando otimizar os recursos dos quais elas estão utilizando, em prol de um desenvolvimento e crescimento comum.

2.3 SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

O desenvolvimento oportunizado pela economia, nas últimas décadas, ampliou as formas de consumo e utilização dos recursos ambientais e sociais, de forma excessiva e desordenada, tomando assim a atenção de que as mesmas ações não poderiam continuar sendo desenvolvidas de forma análoga. Apontou-se, então, a necessidade de desenvolver formas sustentáveis de convivência em sociedade, buscando a harmonização de todos os agentes envolvidos.

Assim sendo, em 1972, a partir da conferência sobre o meio ambiente da Organização das Nações Unidas (ONU), em Estocolmo, na Suécia, inicia-se o debate entre países sobre a expansão econômica e populacional que afeta diretamente os recursos ambientais, evento que internacionalizou a preocupação ambiental e social que o

desenvolvimento da economia estava ocasionando em grandes proporções.

Adiante, em 1983, a Assembleia Geral da ONU cria a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) para investigar a crise ambiental, e crescente entendimento de que a poluição é, acima de tudo, um desperdício e que a sociedade deveria emanar seus esforços na busca de um desenvolvimento responsável (CMMAD, 1991).

Em 1987, a CMMAD publica o *Our Common Future*, nomeado Nosso Futuro Comum em português, que define o desenvolvimento sustentável sendo “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”. Satisfazer as necessidades e as aspirações humanas é o principal objetivo do desenvolvimento, mas para isso, o desenvolvimento sustentável precisa tanto do aumento de produção quanto assegurar a todos as mesmas oportunidades (CMMAD, 1991).

Nos anos de 1990, acontece, no Brasil, o evento mais importante dessa década relacionado à discussão das mudanças climáticas e aquecimento global. Conhecida como Rio-92 ou Cúpula da Terra, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (CNUMAD) firma a Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio ambiente e Desenvolvimento, e cria a Agenda 21, um plano de ação, composto por relatórios, tratados e protocolos, o qual iria orientar as nações sobre as ações que deveriam ser desenvolvidas para o bem comum (MARTINEZ, 2010).

Na mesma década, em 1994, o termo *Triple Bottom Line*, cunhado por John Elkington, unificaria o pensamento de três pontos importantes, denominado de 3P (*People, Planet e Profit*) Pessoas, Planeta e Lucro. Criado, com o intuito de conseguir a equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica.

Figura 1 - Triple Bottom Line



Fonte: Pereira; Silva; Carbonari, (2012)

A ideia de sustentabilidade cunhada por Elkington se originou da concepção de que seria necessário existir um desenvolvimento sustentável, em que as ações tomadas em conjunto buscassem um bem comum e amparassem as necessidades de todos em sociedade. A disseminação do termo de Elkington foi possível a partir da publicação de sua obra “Canibais com garfo e faca” em 1997, a qual apresentava a preocupação entre as três esferas: ambiental econômica e social.

Acontece então em 2002, em Johannesburgo, na África do Sul, a Rio+10, que se centrou nos pilares essenciais do *Triple Bottom Line* para assegurar o desenvolvimento sustentável e a aniquilação da pobreza mundial. E, em 2012, acontece, novamente no Rio de Janeiro, a então Rio+20 - Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), com foco no compromisso da renovação dos votos sobre o desenvolvimento sustentável firmado por diversos países em conferências anteriores.

E mais recentemente, em 2015, aconteceu a Cúpula da Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, em Nova York sede da ONU, propondo 17 objetivos comuns para o desenvolvimento sustentável como plataforma de ação para a comunidade internacional para a prosperidade comum e o bem-estar de todos.

Seus objetivos compõem a agenda de desenvolvimento sustentável, baseada nas cúpulas anteriores, que irá assistir as ações de

todos os países pelos próximos 15 anos. Ban Ki-moon, secretário geral da ONU declarou “esta é a Agenda do Povo, um plano de ação para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões, de forma irreversível, em todos os lugares, não deixando ninguém para trás” (CÚPULA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2015).

Dessa forma, a sustentabilidade se consolida em comunidade para que atenda às três dimensões de forma igualitária; sendo que a esfera econômica detém o propósito de criar empreendimentos viáveis e atraentes para os investidores; o ambiental tem o objetivo de analisar a interação de processos com o meio ambiente sem lhe causar danos permanentes; e o social, que se preocupa com o estabelecimento de ações justas para trabalhadores, parceiros e sociedade (OLIVEIRA *et al.*, 2010).

Para a efetiva concretização da sustentabilidade, as dimensões social, ambiental e econômica devem confluir de forma articulada sem que percam em si sua originalidade; Harris *et al.* caracterizam essas três dimensões: econômica, um sistema econômico sustentável deve poder produzir produtos e serviços de uma maneira contínua, sem gerar tributos ou problemas financeiros aos seus diversos participantes na cadeia de valor; social, um sistema social sustentável alcança a justiça social gerando renda e oportunidades, através dos serviços sociais como saúde e instrução, e de um tratamento igual a todos os seus membros; ambiental, um sistema ambientalmente sustentável não compromete as bases de recursos, renováveis ou não-renováveis, utilizando-os parcimoniosamente, além de procurar manter a biodiversidade, a estabilidade da atmosfera e as demais funções do ecossistema.

Na visão de Elkington, na esfera ambiental, ressalta-se a utilização dos recursos de forma a não prejudicar as gerações futuras, reduzindo impactos da ação da indústria e utilizando, de forma sustentável, os recursos naturais. Na perspectiva econômica, há a preservação da lucratividade da organização e o não comprometimento de seu desenvolvimento econômico. E, na esfera social, há a inclusão da questão da justiça social, em que o objetivo maior é o desenvolvimento de um mundo mais justo, por meio das relações com todos os *stakeholders* (ELKINGTON, 1998).

2.3.1 Institucionalização da Sustentabilidade

No âmbito organizacional, as pressões institucionais fizeram com que a ideia de sustentabilidade fosse inserida de forma

complementar as ações que as firmas adotavam. Barbieri *et al.* (1991) abordam a teoria institucional como sendo propulsora para às ações organizacionais quanto à sustentabilidade. Para o autor, quando novos valores são institucionalizados em sociedade, tornando-se “mitos” a serem seguidos, e as organizações respondem a essas pressões adotando os modelos e práticas tidas como melhores em um dado sistema social.

Meyer e Rowan (1977) entendem que a adoção dessas ações pelas organizações visa à eficiência simbólica e a eficiência técnica. E, é por meio da adoção dos modelos institucionalizados na sociedade e no setor em geral, tidos como ideais, que se torna possível a eficiência simbólica.

Nesse contexto, observados os valores presentes na sustentabilidade, a atenção percebida às políticas ambientais e sociais se tornam crescente em sociedade, sendo institucionalizadas por diversos atores sociais, como os governos, mídia, movimentos ambientais e sociais; proporcionando, nesse ambiente, o surgimento de novos modelos organizacionais. Ensejando um novo ciclo organizacional, com organizações sustentáveis (BARBIERI *et al.*, 1991).

Nessa linha de raciocínio, Scott e Meyer (1991) afirmam que as instituições controlam a conduta humana por meio de padrões, que estimulam a ordem social. Dessa forma, ambientes institucionais, são setores sociais onde predominam um conjunto de regras e normas às quais as organizações devem aceitar se aspiram sobreviver em meio as demais organizações.

Assim, Barbieri *et al.* (1991) descrevem que no âmbito organizacional, as ações e princípios devem estar pautados nas dimensões da sustentabilidade, pois decorrem de um contexto institucionalizado, tido como necessário ao meio comum. Eles as apontam como: dimensão social – preocupação com os impactos sociais das inovações nas comunidades humanas dentro e fora da organização (desemprego; exclusão social; pobreza; diversidade organizacional etc.); dimensão ambiental – preocupação com os impactos ambientais pelo uso de recursos naturais e pelas emissões de poluentes; e dimensão econômica – preocupação com a eficiência econômica, sem a qual elas não se perpetuam. Para as empresas, essa dimensão significa obtenção de lucro e geração de vantagens competitivas nos mercados onde atuam.

Esse redirecionamento organizacional para as ações sustentáveis, foi o caminho direcionado pelas ações coercitivas dos organismos internacionais, assim como pelas pressões sociais advindas da sociedade. Sendo que as forças que emergem nesse ambiente,

propulsionam o entendimento de que o desenvolvimento clama por redirecionamentos das organizações, visto a necessidade de mudanças oriundas da ação humana em comum. O processo de aderência à sustentabilidade está institucionalizado em sociedade, não serão mais aceitas organizações que não tenham em seus hábitos ações que preservem o meio em que estão inseridas.

Morais, Oliveira e Souza (2014), propõem um *framework* que triangulasse as ações de sustentabilidade, envolvendo as esferas, ambiental, social e econômica juntamente, com as pressões organizacionais advindas do processo isomórfico direcionado pela teoria institucional. Para os autores, as organizações recebem, a todo momento, pressões e influências do meio que estão inseridas, e, quando direcionadas pelas forças do isomorfismo, findam em um processo que deseja alcançar o processo sustentável, o qual as organizações buscam diariamente. O *framework* relaciona as dimensões do isomorfismo e as esferas da sustentabilidade definidas por Elkington (2001), conforme apresentado abaixo.

Figura 2 - Framework - Pressões das forças isomórficas ambientais nas organizações



Fonte: Moraes, Oliveira e Souza, 2014.

De acordo com Moraes, Oliveira e Souza (2014), as setas sinalizam as pressões e as forças exercidas respectivamente pela vertente econômica e sociológica da teoria institucional. O pentágono central, caracterizado como a organização, recebe as forças externas influenciadas pelas pressões do ambiente. Os três círculos centrais sinalizam a sustentabilidade, que deve servir de direcionamento para as ações das organizações; e a combinação das três dimensões resultariam efetivamente na sustentabilidade.

Desse modo, identificar nas organizações as práticas sustentáveis são formas de acompanhar o seu desempenho e envolvimento para com o desenvolvimento sustentável. Assim, identificar essas ações nas cooperativas busca entender também como esse tipo organizacional desenvolve suas práticas e utiliza delas para o seu próprio desenvolvimento. Já que a cooperação busca trabalhar com diferentes atores em um mesmo fim, e trabalhar com as diferentes esferas se torna complementar às suas ações.

2.4 ESTUDOS ANTERIORES

Para identificar trabalhos que tratassem de abordagens semelhantes ao tema proposto, foi elaborado uma busca no periódico CAPES, a fim de vincular estudos anteriores ao presente trabalho. Será apresentada dessa forma, a relação de trabalhos oriundas da pesquisa que dispuseram nos filtros de busca, entre o título e o resumo, as palavras: sustentabilidade, práticas socioambientais, práticas voluntárias e teoria institucional. Para que se pudesse obter trabalhos atuais, a pesquisa limitou o período de busca entre 2014 a 2019, que estão apresentados na tabela 1.

Essas exposições apresentam certa similaridade em seus resultados, quando observados o objeto de estudo e as formas de análises. Além disso, os relatórios socioambientais e os balanços sociais publicados anualmente por determinados grupos de empresas são bases para alguns artigos. Em suma, esses relatórios utilizam o modelo GRI para seguir as diretrizes de informações a serem divulgadas.

Os grupos de empresas pesquisados seguem a mesma ótica quando buscadas em *sites* como o da BM&FBovespa, além de grupos empresariais que demonstram as mesmas características econômicas, sociais etc..

A teoria da Legitimidade se apresenta nos estudos como forma de as empresas estarem constantemente buscando se adequar a padrões e normas exigidas. Assim, as práticas e ações socioambientais que as

empresas apresentam buscam assegurar suas legitimidades perante a sociedade, além de caminhar junto ao direcionamento institucional o qual anseia por tais ações.

As características isomórficas também foram objetos de estudo, quando avaliadas ações de organizações que visam atender a determinadas exigências técnicas e buscam entender como se dá a divulgação de informações para a comunidade e entidades gestoras. Nesse sentido, a identificação das características normativa, mimética e coercitiva busca entender o comportamento organizacional diante de determinadas realidades; por exemplo, se as organizações estão preparadas para novos compromissos, se buscam bases já existentes para desenvolver seus relatos, ou se seguem regras unicamente para estabelecer aquilo que lhes é imposto.

O trabalho de Moraes, Oliveira e Souza (2014) aproximou, de forma consistente os campos de pesquisa entre a Teoria Institucional e Sustentabilidade; apesar de ser um estudo teórico, a lente dos autores demonstra a relação efetiva das dimensões e propõe um *framework* que permite observar a relação entre as esferas institucionais e de sustentabilidade.

Tabela 1 - Estudos correlatos quanto ao tema

Título	Autor	Ano	Metodologia Empregada	Objeto de análise
As práticas de sustentabilidade ambiental e suas influências na nova formatação institucional das organizações	Morais, Dafne Oliveira Carlos de; Oliveira, Natália Queiroz da Silva; Souza, Elnivan Moreira de.	2014	Ensaio teórico	O estudo teve como propósito convergir considerações entre práticas de sustentabilidade e suas influências na nova formatação institucional das organizações sob a lente da Teoria Institucional.
<i>Global reporting initiative (GRI)</i> : uma análise da adesão às diretrizes pelas empresas listadas no novo mercado sob a perspectiva das teorias Institucional e da Legitimidade	Silva, Gabriela Dias da; Gonçalves, Marguit Neumann; Moraes, Romildo de Oliveira.	2015	Análise de conteúdo	Os resultados revelam que as empresas divulgam práticas de sustentabilidade nos relatórios para reafirmar sua legitimidade perante a sociedade. Utilizam práticas de divulgação com base em outras empresas modelos, o que se pode relacionar ao isomorfismo mimético da Teoria Institucional.
Isomorfismo, eficiência simbólica e legitimidade social na institucionalização da sustentabilidade socioambiental nas organizações contemporâneas	Garrido, Giovanna; Saltorato, Patricia.	2015	Ensaio teórico	Os autores descrevem que a adoção de práticas sustentáveis pelas empresas é feita de forma superficial e objetiva. Destacam que ainda é tímida a atenção dada à dimensão subjetiva da realidade social e à influência dos hábitos inconscientes em cada ação humana e, consequentemente, em cada ação organizacional.
Teoria Institucional: Um estudo bibliométrico da última década na Web of Science	Motke, Francies Diego; Ravanello, Felipe da Silva; Rodrigues, Glauco de Oliveira.	2016	Análise de conteúdo	O estudo reuniu as pesquisas entre os anos de 2005 a 2014. Dentre os principais resultados apresentados se destacam os termos relacionados à Teoria Institucional, são eles mudanças institucionais, estratégias, empreendedorismo, inovação, teoria da agência, economias emergentes, governo e Teoria
Indicadores de desempenho ambiental e social de empresas do setor de energia elétrica brasileiro: uma análise realizada a partir da ótica da teoria institucional	Almeida, Karla Katiúscia Nóbrega; Callado, Aldo Leonardo Cunha.	2017	Teórico empírico	O estudo demonstrou características isomórficas na divulgação de indicadores ambientais e sociais, uma vez que se observou um aumento de 82% de adesão voluntária ao padrão do relatório de sustentabilidade da GRI para amostra investigada.
Informações contábeis tempestivas: uma análise dos mecanismos isomórficos do processo de fechamento contábil	Salvador, Gisele Fernanda; Parisi, Claudio; Peleias, Ivam Ricardo; Guerreiro, Reinaldo.	2018	Teórico empírico	A pesquisa revelou que não há relação entre os três mecanismos do isomorfismo. Possui relação apenas com os isomorfismos mimético e coercitivo para o fechamento contábil.

Fonte: Dados da pesquisa, (2019).

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Será apresentado a partir desse tópico os procedimentos que foram adotados para o desenvolvimento do estudo e caminhos a atingir os objetivos propostos.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A interdisciplinaridade da pesquisa será apresentada a partir das práticas cooperativistas com as relações sociais e ambientais voluntárias das cooperativas em estudo. Sendo por meio da interdisciplinaridade que as conexões de ideias promovem resultados, oriundos de noções e métodos de diferentes disciplinas (PHILIPPI; SILVA NETO, 2011).

O método de pesquisa a ser utilizado é o dedutivo, lembrando que o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo, traçando o caminho e percursos a serem seguidos, auxiliando na identificação de erros e decisões da pesquisa (PHILIPPI, 2011).

O método dedutivo caracteriza-se pela análise dos dados a partir das informações presentes nas premissas. Vale ressaltar que, para Philippi (2011) toda informação ou conteúdo factual da conclusão já estava, pelo menos implicitamente, nessas proposições, os quais o método dedutivo tem o propósito de explicar.

Em relação à abordagem, o estudo se apresenta de forma qualitativa, o qual de acordo com Creswell (2007, p. 186), “usa métodos múltiplos que são interativos e humanísticos. [...] Os pesquisadores qualitativos buscam envolvimento dos participantes na coleta de dados e tentam estabelecer harmonia e credibilidade”. O que permite a interpretação de dados, possibilitando a interação com as experiências reais do estudo.

Como estratégia de pesquisa será utilizada a de levantamento, as quais para Martins; Theophilo (2009), são próprios para os casos em que o pesquisador deseja responder a questões acerca das relações entre as características de pessoas ou grupos, da maneira como ocorrem em situações naturais.

As técnicas de pesquisa a serem utilizadas foram um questionário e uma entrevista com perguntas semiestruturadas. Para Flick (2012), esses procedimentos têm por objetivo receber respostas comparáveis de todos os participantes e a maioria das pesquisas de levantamento utilizam de tal técnica. Esses questionários podem ainda ser respondidos de forma escrita ou oral, além da utilização das ferramentas *on-line*

disponíveis. A entrevista é um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para complementar o levantamento deles. Flick (2012) descreve que, para as entrevistas semiestruturadas são preparadas várias perguntas que cobrem o escopo pretendido. Diferentemente do questionário; na entrevista, o entrevistador pode se desviar da sequência das perguntas, sendo que o objetivo dessa conversa é obter as visões individuais dos entrevistados. Tal ideia é reforçada por Goode; Hatt (1979), a entrevista consiste no desenvolvimento de precisão, focalização, fidedignidade e validade de certo ato social como a conversação.

A entrevista semiestruturada busca a coerência e uniformização das informações a serem obtidas. É aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido, o pesquisador não é livre para adaptar suas perguntas a determinada situação. Assim, Para Lodi (1989), a padronização das entrevistas procura encontrar respostas as mesmas perguntas, permitindo que elas sejam comparadas com o mesmo conjunto de respostas, e que as variações devem refletir diferenças entre os respondentes e não diferenças nas perguntas.

Quadro 1 - Apresentação dos procedimentos metodológicos

Unidade de Análise	Descrição
Método de pesquisa	Dedutivo
Abordagem da pesquisa	Qualitativa
Quanto aos fins	Descritivo
Estratégia da Pesquisa	Levantamento
Técnicas de pesquisa	Questionário e Entrevista Semiestruturada

Fonte: Elaborado pelo autor, (2019).

O quadro 1 esboça como foram apresentados os procedimentos metodológicos da pesquisa, com relação à abordagem, método, estratégia, técnica, fins e instrumento de coleta de dados.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Apresentação e caracterização do objeto de estudo.

3.2.1 Cooperativas de eletrificação e o Desenvolvimento

Os movimentos cooperativistas surgiram inicialmente a partir da revolução industrial, época e que a força humana era explorada e as condições de trabalho eram mínimas. O enfrentamento pelo desemprego e os desonrosos salários de alguns operários de uma fábrica de tecelagem da Inglaterra, fizeram com que um grupo de tecelões unissem força para juntos buscarem melhores formas de conseguir seu sustento, os então tidos como Pioneiros de Rodhdale (CARDOSO, 2018; GIACOMIN *et al.*, 2018; KLAES, 2005; SALIM, OMAR OUROBA; ROSALEM, 2018).

Foi essa percepção dos pioneiros, diante dos problemas sociais dos seres humanos na revolução industrial, que impulsionou a criação de cooperativas na busca de soluções para o capitalismo e os padrões econômicos (GIACOMIN *et al.*, 2018).

Nesse sentido, Salim, Ba e Rosalem (2018) descrevem que a associação cooperativista busca a satisfação das necessidades dos associados, além disso visa reunir as pessoas para trabalhar em conjunto. Nesse sentido, o dinheiro não constitui verdadeira riqueza da cooperativa, mas sim os esforços e trabalhos dos associados.

Ainda sobre essa perspectiva, Pinho (1982) descreve que, no legado dos pioneiros, os valores éticos são os pressupostos dos associados e a cooperativa deve promover a defesa e a melhoria econômica dos associados, a partir de custos baixos dos bens e serviços prestados, e se inserir no mercado a preços justos, cumprindo seu papel de organização econômica estruturada em cooperativa.

No Brasil, esse movimento cooperativista se iniciou por volta dos anos de 1800, quando em 1847, três anos após a fundação dos Pioneiros de Rochdale, um grupo de europeus juntamente com Joean Maurice Faivre médico francês fundaram a colônia Tereza Cristina. Esta organizada com bases cooperativistas, que, embora tenha tido curta duração, teve grande relevância para a difusão da ideia cooperativista no país (CARDOSO, 2018; ESTEVAM; VERGINIO, 2017).

Pautados nos princípios dos pioneiros, a OCB – Organização das Cooperativas do Brasil - apresenta sete princípios, os quais ela entende ser fundamental para que a figura cooperativa seja eficiente. São eles: adesão voluntária e livre; gestão democrática; participação econômica

dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação; e interesse pela comunidade (OCB, 2019).

É por meio dos princípios do cooperativismo que Etgeto *et al.* (2005) observam a diferenciação das empresas tradicionais, pois nas cooperativas todos são, ao mesmo tempo, sócios, fornecedores, clientes e até mesmo empregados, inerente a modalidade de cooperativa.

Acrescenta Pinho (1966) que “[...] as cooperativas desempenham um papel educativo e social, o que não se dá, de modo geral, com as demais empresas comerciais”. Na percepção de Salim, Ba e Rosalem (2018), a cooperativa não é somente uma organização econômica original, sobretudo ela é uma escola humanista e contribui para a formação e a elevação dos cooperados como pessoas e como cidadãos em um mundo consumido pela ignorância humana.

Considerando os diferentes setores enredados pelas cooperativas, a OCB classifica em treze os ramos de atuação: agropecuário; consumo; crédito; educacional; especial; infraestrutura; habitacional; produção; mineral; trabalho; saúde; turismo e lazer; transporte. Essa segmentação proporciona um melhor atendimento, bem como uma aproximação com a realidade de cada setor.

A figura 3 apresenta os ramos, e atribui sua natureza.

Figura 3 - Ramos de Cooperativa

RAMO	NATUREZA	
Agropecuário	Reúne cooperativas de produtores rurais, agropastoris e de pesca.	
Consumo	Centra-se a compra em comum de artigos de consumo para seus cooperados.	
Crédito	Promover a poupança e oferecer soluções financeiras adequadas às necessidades de cada cooperado.	
Educacional	Promover a educação de qualidade para a formação de cidadãos mais éticos e cooperados e garantir um modelo de trabalho empreendedor para professores.	
Especial	Oferecer a pessoas com necessidades especiais, ou que precisam ser tuteladas, uma oportunidade de trabalho e renda.	
Infraestrutura	Fornecer serviços essenciais para seus cooperados, como energia e telefonia. Para garantir acesso às condições fundamentais para seu desenvolvimento.	
Habitacional	Construir e administrar conjuntos habitacionais para os cooperados.	
Produção	Dedicadas a produção de um ou mais tipos de bens e produtos, onde os cooperados contribuem com o trabalho em conjunto.	
Mineral	Responsáveis por todos os processos da atividade mineradora, desde pesquisa, extração até a comercialização.	
Trabalho	Reúne profissionais de uma mesma categoria para melhorar a remuneração e as condições de trabalho dos associados.	
Saúde	Coeoperativas que se dedicam à preservação e promoção da saúde humana.	
Turismo e Lazer	Reúne cooperativas que prestam serviço de entretenimento para seus associados.	
Transporte	Cooperativas que atuam na prestação de serviços de transporte de cargas e passageiros, entre diferentes modalidades.	

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Dentre os ramos abrangidos pelas cooperativas, destacam-se as de infraestrutura, das quais abrangem os setores de telefonia rural e energia elétrica, que, segundo a OCB (2019), caracterizam grande parte delas.

É, a partir do movimento das CEs – Cooperativas de Eletrificação - que o processo de desenvolvimento começa a criar forma e os meios de produção e infraestrutura começa a chegar nas pequenas localidades do interior, sendo que apenas os grandes centros eram visados pelas distribuidoras de energia.

3.2.2 Caracterização das Cooperativas

O estudo foi desenvolvido nas cooperativas de eletrificação rural do Sul de Santa Catarina. Tal estado possui dezoito cooperativas de eletrificação regulamentadas pela ANNEL, na região Sul são quatorze cooperativas, três na região de Florianópolis e uma na região oeste do estado. Inicialmente, todas regulamentadas foram contactadas via telefone, para que pudessem ser convidadas a participar da pesquisa, e que assim fosse direcionada a pessoa responsável para tal.

As cooperativas estão listadas no quadro 2 abaixo.

Quadro 2 - Cooperativas regulamentadas de Santa Catarina

Cooperativa	Município	Tipo de Contrato
CERGAL	Tubarão	Permissão
COORSEL	Treze de Maio	Permissão
CERAÇA	Saudade	Permissão
COOPERMILA	Lauro Muller	Permissão
CERMOFUL	Morro da Fumaça	Permissão
CERGAPA	Grão Para	Permissão
CERBRANORTE	Braço do Norte	Permissão
CERGRAL	Gravatal	Permissão
COOPERA	Forquilha	Permissão
COOPERCOCAL	Cocal do Sul	Permissão
CERTREL	Treviso	Permissão
CERSUL	Turvo	Permissão
CEJAMA	Jacinto Machado	Permissão
COOPERALIANÇA	Içara	Concessão
CEPRAG	Praia Grande	Permissão
CERPALO	Paulo Lopes	Permissão
CEREJ	Biguaçu	Permissão
CERAL ANITÁPOLIS	Anitápolis	Permissão

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

O segundo ponto da pesquisa consiste em identificar, por meio dos questionários respondidos, quais cooperativas se destacam em relação a práticas socioambientais e, assim, selecionar dentre elas quais participariam da entrevista.

3.3 COLETA DE DADOS

O procedimento de coleta de dados faz parte do processo e é etapa fundamental na atividade de pesquisa. Nesse sentido, Flick (2012) entende, que nesse momento, o pesquisador desenvolve aquilo que foi planejado, executa a ação da pesquisa, organiza e tabula as informações.

O estudo foi segmentado em dois momentos de interação com o objeto da pesquisa. Inicialmente, foi estabelecido contato com todas as cooperativas regulamentadas pela ANEEL em Santa Catarina. Durante o mês de outubro de 2019, foi estabelecido contato via telefone com as cooperativas, e, após feita a identificação do pesquisador, deu-se o encaminhamento para o possível respondente do questionário. O primeiro contato efetuado no dia 18 de outubro, teve um retorno de três

questionários respondidos, nos primeiros sete dias após contato estabelecido. Na semana seguinte, no dia 25 de outubro, novamente foi estabelecido contato com as cooperativas que ainda não haviam retornado com o questionário, para identificar se haviam efetivamente recebido o direcionamento por e-mail da pesquisa, ou se havia algum outro problema com o recebimento.

Reestabelecido o contato, nos quatro dias seguintes, outras seis cooperativas apresentaram o retorno do questionário enviado. Após o dia 30 de outubro, nenhuma outra apresentou seu resultado; assim, em 8 de novembro, deu-se por encerrado o período para recebimento dos questionários enviados.

O questionário enviado para as cooperativas foi composto por dezoito perguntas que amparassem as categorias de análises estabelecidas para o estudo, sendo que as perguntas eram direcionadas para práticas e ações sociais e ambientais que elas desenvolviam e desenvolvem em comunidade, além de vincular intrinsecamente as esferas isomórficas da teoria institucional.

Esse questionário foi desenvolvido pelo formulário eletrônico da plataforma *Google*, e foi direcionado para as cooperativas por meio dos e-mails sugeridos nos contatos via telefone estabelecidos com as cooperativas.

As perguntas no âmbito ambiental então dispostas no quadro 3.

Quadro 3 Questionário âmbito Ambiental

1	A cooperativa desenvolve ações/práticas ambientais em comunidade?
2	Existem programas ou ações ambientais desenvolvidos na cooperativa decorrentes das atividades econômicas predominantes na região?
3	A cooperativa participa de programas ou atividades ambientais em parceria com entidades privadas da comunidade?
4	Existem exigências legais que a cooperativa desenvolve para preservação ambiental?
5	A comunidade participa de forma voluntária em algum tipo de ação ou programa ambiental que a cooperativa desenvolve?
6	A aderência a algum tipo de ação ambiental mostrou trazer benefícios para a comunidade de forma específica?
7	Existe divulgação pela cooperativa à comunidade das ações ambientais feitas regularmente?
8	Em níveis de importância, a cooperativa entende ser necessário desenvolver ações e práticas ambientais atualmente?

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Para o âmbito social, foram dispostas 10 perguntas, como mostram o quadro 4.

Quadro 4 - Questionário âmbito Social

1	A cooperativa desenvolve ações/práticas sociais em comunidade?
2	Existem ações sociais criadas pela própria cooperativa?
3	A cooperativa possui programas ou ações sociais inspirados em programas de outras cooperativas?
4	A ANEEL determina o desenvolvimento de alguma ação ou programa social para a cooperativa desenvolver?
5	A Cooperativa aderiu a algum tipo de programa social por ele trazer mais benefícios para a comunidade?
6	Existem programas que possuem prioridades frente aos demais existentes?
7	Os programas sociais são criados exclusivamente para os associados à cooperativa?
8	O desenvolvimento de novos programas sociais pela cooperativa é estimulado por fatores externos ao ambiente na qual ela está inserida? Ex.: Eventos, feiras, mídia, cursos, palestras...
9	O cumprimento de exigências feitas pela ANEEL é fator determinante no atendimento de programas sociais?
10	A cooperativa trabalha com programas sociais também desenvolvidos em cooperativas de outras localidades?

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

As cooperativas que participaram do questionário e retornaram sua colaboração foram CERGRAL de Gravatal; CER EJ de Biguaçu; CERBRANORTE de Braço do Norte; COOPERMILA de Lauro Muller; CEJAMA de Jacinto Machado; CERAL de Anitápolis; CERMOFUL de Morro da Fumaça; CERGAPA de Grão Para; e COORSEL de Treze de Maio.

Encerrado o período para recebimento dos questionários, deu-se então as tabulações das respostas para identificação das possíveis cooperativas a serem entrevistadas. O questionário foi desenvolvido em escala *Likert*, para que se pudesse mensurar quantitativamente as considerações que as cooperativas teriam sobre suas ações sociais e ambientais. Assim, os respondentes deveriam analisar as perguntas e responder sobre a intensidade com que as práticas ou ações eram

percebidas pela cooperativa. Sendo que 1 com menor intensidade e gradativamente 6 com maior intensidade. As cooperativas que obtiveram em quantidade o maior número de intensidade no somatório total das perguntas foram selecionadas para que pudessem participar da entrevista.

Dessa forma cinco cooperativas foram selecionadas a participar da entrevista, composta por quinze perguntas discursivas, que contemplaram as categorias de análise da pesquisa. As que obtiveram maior pontuação pelo questionário foram CERBRANORTE, COOPERMILA, CERREJ, CERMOFUL e CERGRAL respectivamente.

Entre os dias 8 a 11 de novembro, foi estabelecido contato com as cooperativas selecionadas, via e-mail, comunicando-lhes sobre o retorno obtido por meio do questionário, e dessa vez, convidando-as para participar da pesquisa, agora por meio da entrevista. Assim, entre os dias 13 a 28 de novembro, as entrevistas foram realizadas com os respondentes que já haviam participado no preenchimento do questionário, na primeira etapa. As entrevistas foram realizadas de forma presencial e por vídeo conferência por meio do aplicativo *Whatsapp*, em virtude da disponibilidade de tempo e acesso dos respondentes e do pesquisador.

A COOPERMILA, estabelecida no município de Lauro Muller, região Sul de Santa Catarina, identificada na apresentação dos resultados como C.A, teve como participante o engenheiro elétrico, que atua na cooperativa há 7 anos. Após o retorno com os dados do questionário, ele se demonstrou interessado em contribuir com a pesquisa, participando assim da entrevista, a qual durou 25 minutos aproximadamente e foi realizada em Gravatal, cidade em que o participante reside, sendo o local escolhido pelo respondente.

A segunda entrevista foi realizada com o diretor presidente da CERGRAL, na qual atua há 20 anos. A cooperativa fica na cidade de Gravatal, e, para apresentação dos resultados, será identificada como C.L. A entrevista durou aproximadamente 25 minutos, de forma presencial, na própria cooperativa.

A terceira entrevista foi realizada com a CERREJ, e contou com a participação do engenheiro ambiental, que atua na cooperativa há 6 anos. Esta está estabelecida no município de Biguaçu, região da grande Florianópolis. Para a apresentação dos resultados, ela será apresentada como C.J, a entrevista foi feita por meio de conexão remota, via *Whatsapp*, devido à disponibilidade de agenda entre o entrevistado e o entrevistador e o tempo aproximado foi de 40 minutos.

3.4 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS

No intuito de vincular as categorias de análise da pesquisa, a entrevista foi segmentada pelos campos fundamentais, a fim de buscar identificar os fatores motivadores das ações das cooperativas. Nesse sentido, foram elaboradas cinco categorias: institucional (ALMEIDA; CALLADO, 2017; CARVALHO *et al.*, 2005; DIMAGGIO; POWELL, 1983, 1991, 2005; GARRIDO; SALTORATO, 2015; MORAIS; OLIVEIRA; SOUZA, 2014; ROWAN; MEYER, 1977, 1991), regulação (BOYER, 1986, 1990; FIANI, 1998; FRANCHINI; CASTRO, 1995; KESSLER, 2006; LIPIETZ, 1979; NASCIMENTO, 1993; POSNER, 1974; SAPPINGTON, 1994), e as três esferas da sustentabilidade - social, ambiental e econômica - (BARBIERI *et al.*, 1991; BRUNDTLAND, 1987; CMMAD, 1991; ELKINGTON, 1997; MARTINEZ, 2010; MEYER; ROWAN, 1977; MORAIS; OLIVEIRA; SOUZA, 2014; OLIVEIRA *et al.*, 2010; SCOTT; MEYER, 1991).

Na estruturação das perguntas da entrevista, cada categoria foi relacionada com as possíveis motivações isomórficas, para que se pudesse, então, identificar nas respostas quais os fatores motivacionais. As categorias isomórficas foram intrinsecamente relacionadas às perguntas de cada categoria de análise, sem ordem para que não houvesse também um único raciocínio a ser seguido.

No quadro 5, são demonstradas as categorias das questões da entrevista.

Quadro 5 - Categorização da entrevista

Categorização da Entrevista	
Categoria	Pergunta
(I) Institucional	(1) O estímulo em desenvolver ações socioambientais em comunidade é característico de padrões ou comportamentos da região?(Ex.: é feito dessa forma por tal motivo...)
	(2) A cooperativa sempre desenvolveu tais ações ou elas foram se desenvolvendo a partir de fatos que ocorreram com o passar dos anos?
	(3) O desenvolvimento da comunidade influenciou ou influencia no modo de agir da cooperativa?
(R) Regulação	(4) A partir do Despacho ANEEL n. 1.227, as cooperativas com mercado inferior a 500GWh/ano ficaram desobrigadas ao Relatório Socioambiental (RSA). A cooperativa continua desenvolvendo o Relatório? Qual motivo para continuar desenvolvendo, ou para deixar de desenvolver?
	(5) Pelo fato de estar desobrigada, a cooperativa deixou de desenvolver alguma ação social ou ambiental antes desenvolvida?
	(6) Existe alguma imposição legal que leve a cooperativa a desenvolver algum tipo de ação social ou ambiental?
(E) Economico	(7) É possível identificar algum retorno para os cooperados com as ações socioambientais desenvolvidas? De que forma?
	(8) O custo benefício de práticas sociais e ambientais representa uma melhor visibilidade para a cooperativa?
	(9) A cooperativa estimula e apresenta práticas que gerem economia para a comunidade?
(S) Social	(10) Existem ações sociais inspiradas em modelos de outras cooperativas? O que motivou tal adesão?
	(11) A cooperativa possui ações sociais próprias criadas em virtude da característica de seus associados?
	(12) Os programas e ações sociais visam atender alguma exigência que a cooperativa precisa atender? Ou são desenvolvidos por motivações institucionais?
(A) Ambiental	(13) Existe na cooperativa programas ambientais desenvolvidos com fins específicos a exigências legais, quais? E com motivações próprias, são desenvolvidos?
	(14) A cooperativa desenvolve ações ambientais em comunidade visando ações sustentáveis e de conscientização? De que forma atua com a comunidade e como ela adere tais ações?
	(15) Existe algum tipo de ação ambiental inspirados em ações que já deram certos ou outras instituições? Como a cooperativa passou a aderir?

Fonte: Elaborado pelo autor.

A categorização das perguntas servirá para facilitar a identificação nas análises dos resultados quando necessário referenciar as perguntas da entrevista, assim direcionando cada categoria pela sua sigla e numeração de pergunta. Dividimos as análises em três estágios recomendados por Bardin (1977), a saber: a) pré-análise, b) exploração do material e c) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados obtidos, por meio das entrevistas, estão apresentados neste capítulo, que irá demonstrar as percepções quanto aos indutores de práticas socioambientais das cooperativas de eletrificação rural. Essa apresentação será na ordem que ocorreram os passos na entrevista, segmentada pelas categorias de análises elaboradas para tal.

4.1 ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS

A primeira parte da pesquisa contou com um questionário em escala *likert*, com dezoito perguntas relacionadas às categorias de análises. Os resultados direcionaram os respondentes que participaram da segunda etapa à entrevista. As dez primeiras perguntas estão vinculadas ao cunho social, e as oito seguintes estão vinculadas ao cunho ambiental. Na aplicação desse questionário, as perguntas foram misturadas para que não houvesse uma sequência lógica de pensamento, mas, sim, pudesse permitir a reflexão ao entrevistado.

Dentre as perguntas que tiveram maiores pontuações em similaridade a todos os respondentes, a questão social que indagava sobre o estímulo de novos programas a serem influenciados por fatores externos obteve o melhor resultado. Sendo a participação de feiras e reuniões entre as cooperativas estímulo para que práticas e ações sejam disseminadas entre si. Tais atividades são, possivelmente, características do próprio cooperativismo, trabalhar em conjunto e disseminar as realizações exitosas, bem como compartilhar práticas com menor sucesso.

Na sequência as perguntas que abordavam se as cooperativas desenvolviam práticas e se eram desenvolvidas pelas próprias cooperativas obtiveram pontuações semelhantes. A grande parte das cooperativas respondentes atribui pontuação máxima a esses questionamentos, demonstrando que a prática social se faz presente em seu meio, além de ser criada e estimulada por iniciativa e características próprias.

Em contrapartida, a questão, com menor pontuação, sobre trabalhar com programas sociais da mesma forma que em outras cooperativas demonstra que existe certa individualidade e personalidade entre elas. Tal resultado também mostra um possível respeito às suas características e peculiaridades, demonstrando, assim, que programas sociais são desenvolvidos observando a realidade de cada localidade.

A tabulação do questionário se deu com base na pontuação indicada pelos respondentes, demonstrada abaixo:

Tabela 2 - Pontuação Questionário On Line

		Pontuação Respondentes								
	Ceegral	Cerej	Cerbranorte	Coopermila	Cejama	Ceral	Cermofol	Cergapa	Coorsel	
1	4	6	6	6	4	3	6	6	5	
2	5	6	6	6	4	3	3	6	6	
3	5	6	6	5	1	2	6	6	3	
4	5	6	6	5	1	2	6	6	6	
5	4	6	6	6	1	2	6	1	1	
6	1	4	1	4	1	5	5	2	3	
7	4	6	6	6	1	3	6	0	2	
8	5	6	6	6	4	3	6	6	6	
9	4	6	6	4	4	2	4	0	2	
10	1	3	1	5	1	2	4	0	3	
11	4	6	6	6	1	3	5	0	4	
12	5	1	6	6	1	3	3	0	5	
13	4	6	6	5	1	3	5	0	6	
14	3	6	6	4	1	3	4	0	1	
15	2	6	6	5	1	2	5	6	3	
16	5	1	6	5	1	3	3	0	4	
17	4	6	6	4	1	3	6	0	2	
18	2	4	4	5	1	3	5	0	3	
L	Ordem das perguntas do questionário									
I	67	91	96	93	30	50	88	39	61	
II	4	5	5	5	2	3	5	2	4	
I	Somatório da pontuação por cooperativa									
II	Média das respostas por cooperativa									

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Com base nas pontuações, as cooperativas selecionadas passaram à fase de entrevistas, que serão apresentadas segmentadas pelas categorias de análises, que são, Institucional, Regulação, Econômico, Social e Ambiental. Para escolha das cooperativas que fariam parte das entrevistas, foi adotado o critério de maior pontuação no somatório de todas as perguntas do questionário.

Nesta seção será apresentado os questionamentos feitos quanto à categoria institucional das cooperativas, elencadas em três perguntas para cada categoria, que seguem abaixo:

4.2 CATEGORIA DE ANÁLISE INSTITUCIONAL

Nesta seção estão apresentados os questionamentos feitos quanto à categoria institucional das cooperativas, elencadas em três perguntas para cada segmento, que seguem abaixo:

Quadro 6 - Questionamento Institucional 1

I - O estímulo em desenvolver ações socioambientais em comunidade é característico de padrões ou comportamentos da região?(Ex.: é feito dessa forma por tal motivo...)
C.A - As ações socioambientais ainda são aplicadas timidamente em nossa região. Atualmente procura-se desenvolver as atividades observando condições ambientais menos nocivas ao meio, porém o comprometimento com estas práticas não é considerado com a devida responsabilidade.
C.L - Não, acho que não é por comportamento da região, acho que já é um estímulo do cooperativismo.
C.J - Não é um padrão característico da região, mas é um padrão característico da empresa, da cooperativa. Inclusive, no nosso orçamento anual, nós temos um determinado valor, e é registrado um valor destinado a ações socioambientais.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Ao serem questionados quanto aos estímulos em desenvolver as ações socioambientais em comunidade, as cooperativas demonstram que intrinsecamente já possuem essa característica, independente dos aspectos da região. A similaridade entre o posicionamento da C.L e C.J demonstra que as práticas do cooperativismo são direcionadas também

para ações socioambientais quando desenvolvidas, inclusive com destinações próprias para essa área.

A C.A, mesmo demonstrando pouca interação com as práticas socioambientais, reconhece a importância a ser destinada ao setor, visto que suas ações ainda se apresentam timidamente. Ao considerar as características apontadas nas respostas, o isomorfismo normativo aponta maior relevância, quando direciona as características de que as práticas são oriundas da própria cooperativa ou até mesmo do próprio cooperativismo, propulsor para determinadas ações.

Quadro 7 - Questionamento Institucional 2

2 - A cooperativa sempre desenvolveu tais ações ou elas foram se desenvolvendo a partir de fatos que ocorreram com o passar dos anos?
C.A - No início, as cooperativas não se preocupavam com a questão ambiental quando da implantação de suas redes de distribuição. Com o passar do tempo, conjugado com a necessidade de minimizar custos operacionais, as cooperativas passaram a estudar traçados de linhas à margem de rodovias e estradas, desta forma minimizando a supressão de árvores.
C.L - Ela sempre desenvolveu em pequenas quantidades, teve momentos que foram intensificados, em outros momentos foi reduzido. Isso vai muito da gestão. Um momento que foi bem intensificado em função da legislação, teve um momento que era obrigatório e influenciou na questão não tanto das ações, mas de estar elaborando um relatório, em relação à parte social.
C.J - Algumas vieram sendo desenvolvidas mais recentemente, de uns 3 ou 4 anos pra cá, e outras ações sociais são mais antigas.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

A teoria institucional descrita por Dimaggio e Powell (1983, 1991, 2005) e Rowan e Meyer (1977, 1991), principalmente, descreve que as organizações foram, no decorrer dos anos, desenvolvendo novas formas de atuação em sociedade, bem como se adaptando àquilo que era posto como necessário e fundamental, para que fosse possível atuar em sociedade e serem aceitas como legítimas.

Quando observados os apontamentos feitos ao questionamento 2, observa-se a crescente e a relação atemporal com que os depoimentos são apresentados, fazendo uma relação de antes e depois. A C.A demonstra um exemplo quando, no início das instalações das redes de distribuição, não ter a percepção e preocupação com as questões

ambientais em relação ao agora. Mas, quando observada a percepção de que a própria cooperativa teve estímulo em desenvolver melhor suas tarefas, observa-se a imposição do isomorfismo normativo, no qual a necessidade de desenvolver melhores práticas, as quais trouxessem melhores rendimentos fez com que novos hábitos e ações tivessem que ser adotadas. A minimização de custos operacionais apontou também a diminuição de supressão de árvores, consequentemente tendo seu reflexo ambiental positivo.

Para C.L, além de demonstrar a relação atemporal de determinados períodos, apresenta a relação com o isomorfismo coercitivo, que intensificou, em determinado período, a necessidade para o cumprimento de não apenas no desenvolvimento de ações sociais, como também na elaboração de relatórios. O indutor coercitivo nas ações das organizações aponta que não apenas desenvolver práticas voluntárias se torna essencial ao desempenho institucional, mas atender a determinadas demandas é essencial para que possa continuar em atuação. Para C.J, a constante de ações sociais permanece com o passar dos tempos, contudo destaca que intensificou a partir de determinado período. Durante o questionamento 2, o gerente técnico da C.J, Charles Perin, deu sua colaboração:

A cooperativa atua principalmente na recomposição do meio ambiente, quando a cooperativa necessita fazer as podas das árvores, para as vias de distribuição, são as ações ambientais, mas também temos as ações sociais, a cooperativa ajuda muito as igrejas, as associações de bairros, escolinhas de futebol no interior patrocinando jogos de camisas, a alimentação para os times de futebol do interior, pinturas de igrejas no interior. Algumas ações sociais, a cooperativa participa com valor financeiro, e, outras, a própria cooperativa, principalmente as ambientais, a própria cooperativa desenvolve.

Quadro 8 -Questionamento Institucional 3

3 - O desenvolvimento da comunidade influenciou ou influencia no modo de agir da cooperativa?
C.A - A consciência ambiental nas últimas décadas motivada pela propagação da informação e a constatação da escassez dos recursos foram preponderantes em criar uma nova consciência nas comunidades para a necessidade de recuperação e preservação.
C.L - Sim, com certeza, a comunidade que é a parte principal interessada influencia no planejamento estratégico. Exemplo de empresas se instalando que exigem maiores investimento nessa área, ou replanejar a rede para atender aquela instalação nova, ou pode ser uma praça, esses pontos que vão surgindo vão impactar em planejamento e diretrizes para aquela região
C.J - Sim, muitas vezes até diretamente, a gente sempre observa a necessidade da comunidade, e busca sempre atender da melhor forma possível, o crescimento da cooperativa vem junto com o crescimento e desenvolvimento da comunidade.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Quando questionadas quanto ao modo de agir em sociedade e apontando positivamente para a influência que ela tem no modo de agir das cooperativas, a aderência do pensamento retoma o pensamento de Meyer e Rowan (1997), o campo organizacional tende a incorporar práticas e procedimentos definidos por conceitos racionalizados, institucionalizados em sociedade, com intuito de aumento de legitimidade e níveis de sobrevivência. O depoimento de C.L e C.J configuram tal alegação e demonstram que o modo de agir visa às expectativas da sociedade, além de se moldar às suas necessidades, para atender e satisfazer o que for necessário.

O argumento de C.A, de que a consciência ambiental já é algo comentado há décadas, retoma o que já foi discutido nos relatórios e reuniões da ONU desde 1972, e a afirmação de Elkington (1994), quanto à necessidade da percepção ambiental e social no modo de agir das organizações. Ademais, a influência dos órgãos internacionais e a pressão social desenvolvida em sociedade influencia na forma de agir das organizações, também observada nas cooperativas.

Quando observados os comportamentos institucionais das cooperativas, os últimos anos tiveram influência nos aspectos sociais e ambientais, bem como no modo de agir influenciado pelas demais organizações e modo de pensar da comunidade. Essa influência institucional do meio em que estão inseridas aponta como as

cooperativas moldam suas ações e modo de agir, em decorrência disso indutores coercitivos tiveram reflexo com o passar dos anos, mas em busca de melhores ações, o isomorfismo normativo se fez presente em meio à necessidade de novos modos de agir.

4.3 CATEGORIA DE ANÁLISE REGULAÇÃO

A segunda categoria de análise aborda o tema regulação e como é influenciada no modo de agir das cooperativas. Da mesma forma, ela foi dividida em três perguntas, como seguem:

Quadro 9 - Questionamento sobre Regulação 1

4 - A partir do Despacho ANEEL n. 1.227, as cooperativas com mercado inferior a 500GWh/ano ficaram desobrigadas ao Relatório Socioambiental (RSA). A cooperativa continua desenvolvendo o Relatório? Qual motivo para continuar desenvolvendo, ou para deixar de desenvolver?
C.A - Algumas Cooperativas com maior estrutura organizacional ainda continuam a produzir este relatório. Porém como parte destas cooperativas tem seu departamento de contabilidade muito reduzido de pessoal passaram a não elaborar mais este tipo de demonstração.
C.L - Ela não continuou a desenvolver o relatório, o que ela fez foi pegar algumas partes dele e incluir no relatório de administração, não todas, mas algumas que seriam mais fáceis de acessar, relativas à parte social.
C.J - Ela deixou de desenvolver, mas a gente já estuda as tratativas do próximo ano de voltar a fazer justamente para divulgar essas ações que a cooperativa faz, que muitas vezes não são divulgadas, enquanto no relatório socioambiental a gente poderia divulgar de uma forma mais plausível todas essas ações que a gente tem no interior.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

A exigibilidade dos relatórios socioambientais, por parte da ANEEL às cooperativas, deixou de ser obrigatória, e ambas as cooperativas deixaram de elaborar os mesmos com base na suspensão dessa ação coercitiva.

Contudo, observa-se a ciência dada à relevância que o relatório possui, visto o depoimento da C.J quando alega que a cooperativa deixa de divulgar essas ações que continuam sendo desenvolvidas em comunidade. Quando observado o comentário da C.L, denota-se que é considerada relevante a

divulgação de informações socioambientais, quando aponta que transferiu parte das informações contidas no Relatório Socioambiental (RSA) para o relatório da Administração ainda desenvolvido pela cooperativa.

Para C.A, a disponibilidade de capacidade pessoal para a produção do relatório é fator determinante na não continuidade de sua elaboração. Possivelmente as exigências regulamentares a essas cooperativas possuem peso na capacidade produtiva e elaboração de determinadas práticas, visto que a não exigibilidade de certos atos faz com que se deixem de fazê-los, por mais que a ciência de sua relevância seja perceptível. É notável a consciência dos responsáveis sobre a relevância das informações, sejam elas para a retomada do desenvolvimento do relatório ou para a realocação, isso se torna perceptível a partir de seus depoimentos.

A influência do isomorfismo coercitivo no desenvolvimento dos RSAs se torna imperativa, visto sua aderência apenas em momentos obrigatórios.

Quadro 10 - Questionamento sobre Regulação 2

5 - Pelo fato de estar desobrigada, a cooperativa deixou de desenvolver alguma ação social ou ambiental antes desenvolvida?
C.A- O cooperativismo de infraestrutura de distribuição de energia elétrica motivado por sua cultura de que o grande ato é a universalização do serviço de atendimento a consumidores pouco se preocupou ao longo dos anos com as atividades sociais e ambientais. Pode-se dizer que algumas atividades são realizadas, mas com pouca ênfase e planejamento.
C.L - Isso não deixou, permaneceu as ações, só deixou de fazer os relatórios com aquele detalhamento que era na obrigação.
C.J - Ela só deixou de divulgar no relatório, essas ações vieram de uma forma crescente nos últimos anos, principalmente em termos financeiros a cooperativa tem aplicado a cada ano que passa um valor superior ao ano anterior, com respeito às ações de meio ambiente e nas sociais do meio rural.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

A similaridade com as permanências de desenvolvimento de ações, por parte da C.L e C.J, são observadas, visto que ambas afirmam permanecer desenvolvendo tais práticas. Possivelmente, a consciência sobre a importância de tais ações e a visibilidade com que são percebidas em comunidades tornam relevantes à sua permanência.

Pouco perceptível em relação à C.A, com base em seu depoimento de que a ênfase em desenvolver ações sociais e ambientais seja algo característico de suas práticas. Por mais que em outros momentos a conotação quanto às práticas de que o cooperativismo seja algo que aponte preocupação à parte social e ambiental, nesse momento, a visibilidade se volta para a visão mais de infraestrutura e função da cooperativa de eletrificação seja na sua função de universalização de atendimento a consumidores.

Se vincularmos a ideia de Kessler (2006), de que no setor elétrico a regulação econômica normalmente se apresenta na forma de padrões de qualidade de atendimento com o posicionamento de C.A, que visa ao atendimento do setor, percebe-se, teoricamente, tal efeito. Em decorrência de novas exigências, atende aquilo que lhe é posto, se comparado ao que cita na questão 4, de que também deixou de atender ao RSA quando da desobrigação.

A teoria institucional aponta os comportamentos organizacionais no meio em que estão inseridos, os quais justificam o molde de atuação que determinadas regiões tomam com o passar dos tempos. Considerando a mesma característica econômica das cooperativas quanto ao seu ramo de atuação, os depoimentos entre a C.A e a C.J se tornam pouco contraditórios, visto que a C.A aponta pouca atenção e ênfase em suas práticas quanto a atividades sociais e ambientais. Contraparte, C.J afirma ter não apenas atenção voltada a atividades sociais e ambientais, pois complementa o investimento a cada ano superior ao ano anterior, em respeito ao meio ambiente e às ações sociais no âmbito rural.

Se características distintas são postas a organizações de uma mesma atividade econômica, constata-se a evolução em diferentes níveis no desenvolvimento de determinadas regiões, visto a necessidade e adaptabilidade que cada organização precisa ter em seu contexto.

Quadro 11 - Questionamento sobre Regulação 3

6 - Existe alguma imposição legal que leve a cooperativa a desenvolver algum tipo de ação social ou ambiental?

C.A- A questão social geralmente se observada à luz da lei nº 5.764/71 e estatuto social. A que se observar que o princípio filosófico do RATES já estabelece diretrizes no âmbito social. Quanto à questão ambiental com as novas regulamentações no âmbito nacional, estadual e municipal, estão determinando impositivamente ações reais de preservação ambiental.

C.L - Tem algumas questões na questão ambiental de preservação de mata nativa, por questões técnicas já é tentado desviar a rede da mata nativa de difícil acesso, trazendo sempre para a proximidade da rodovia para facilitar a manutenção, a estratégia já é essa. Não existe imposição a ser seguida, apenas a questão ambiental de suprimir uma mata nativa.

C.J - Não, até o presente momento a gente não tem nenhuma imposição legal que nos obrigue , pelo contrário, a gente desenvolve, no interior, o programa de conscientização dos nossos consumidores da comunidade, no incentivo de preservar o meio ambiente e, nesse sentido, a cooperativa dá todo o suporte técnico, operacional, financeiro, enfim, tudo por iniciativa própria da cooperativa.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

A preservação ambiental, principalmente de áreas com matas nativas, já é pauta na abordagem das cooperativas, visto a similaridade com que os três depoimentos apresentam tal prerrogativa. C.A e C.L apontam a parte técnica e regulamentar na determinação de algumas práticas ambientais, enquanto a C.J mostra iniciativa própria para adesão de recuperação e preservação ambiental. Contudo, enfáticas são as posições de C.L e C.J quanto a não imposição legal que determine o desenvolvimento de qualquer tipo de ação social e ambiental.

Essa indução coercitiva não necessariamente advém de uma imposição feita por uma organização regulamentadora ou pelo poder público, mas também de alguma expectativa da sociedade ou pela cultura da comunidade em que se está inserida (DIMAGGIO; POWELL, 1983; LEITER; PAYNE, 2008; MORAIS; OLIVEIRA; SOUZA, 2014; MUNCK; DIAS; SOUZA, 2010). Observados os depoimentos quanto aos questionamentos na categoria de regulação, a falta de continuidade no desenvolvimento do RSA, por parte das cooperativas, demonstra que o poder de coerção, por parte do órgão regulamentador direciona o desenvolvimento de tal prática. Contudo,

quando observada a continuidade no desenvolvimento de ações e práticas sociais e ambientais, por parte das cooperativas, percebe-se que, possivelmente, a cultura de uma sociedade não lhe desobriga à continuidade de tais ações. Do contrário, em consoante ao que foi exposto pela C.J, existe uma continuidade e um investimento ainda maior em tais práticas ano após ano.

4.4 CATEGORIA DE ANÁLISE SUSTENTABILIDADE

A terceira categoria de análise aborda a sustentabilidade, termo cunhado por Elkington (1994); e ela será segmentada nas três esferas: econômica, social e ambiental.

4.4.1 Categoria Econômica

A esfera econômica da sustentabilidade busca produzir em sistema sustentável, de maneira contínua, a todos os envolvidos na cadeia de valor; os três questionamentos dessa categoria visam identificar possíveis retornos econômicos e seus indutores.

Quadro 12 - Questionamento esfera Econômica 1

7 - É possível identificar algum retorno para os cooperados com as ações socioambientais desenvolvidas? De que forma?
C.A- Quando desenvolvidas estas atividades e divulgadas convenientemente, são extremamente benéficas, pois o associado passa a acreditar mais na cooperativa e sua administração.
C.L - Acho que ambiental, preservação com áreas que ficam protegidas. Social, eu acredito que a cooperativa está sempre auxiliando no desenvolvimento das comunidades, das praças, das empresas, está sempre pensando em desenvolver ações que facilitem a implantação desse tipo de ativo social. Tem ações sociais, como palestras, campanhas de conscientização de economia, isso periodicamente todo ano é feito.
C.J - A gente vê o retorno no meio ambiente, quando um cooperado solicita de uma área degradada na sua propriedade, a gente visivelmente observa esse tipo de melhora no meio ambiente e, conseqüentemente, na comunidade onde o agricultor vive.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Na visão das cooperativas, o retorno é perceptível, à medida que existe o envolvimento dos associados em suas práticas e ações. Nessa perspectiva, Silva, Gonçalves e Moraes (2015) apontam que no âmbito institucional, as companhias necessitam da aceitação da sociedade, logo,

buscam, na evidenciação de práticas, a sua legitimidade perante à sociedade. Consoante ao pensamento dos autores, o depoimento da C.A tenciona esse posicionamento, visto que a cooperativa tem essa visão de que, quando desenvolvidas atividades socioambientais, acaba melhorando sua visibilidade perante o associado. Então, é notável que a legitimação de suas ações traz à cooperativa um *status* diferenciado diante de seu público, uma vez que acreditam no seu trabalho.

Possivelmente, para a C.J, quando aborda a recuperação de áreas degradadas de seus associados, a reutilização da área aponta um possível retorno econômico. Para C.L, a conscientização da comunidade acarreta a economia de energia e desenvolvimento de boas práticas.

Quadro 13 - Questionamento esfera Econômica 2

8 - O custo benefício de práticas sociais e ambientais representa uma melhor visibilidade para a cooperativa?
C.A - A cooperativa que atua com consciência social e ambiental passa a imagem a população em geral de uma empresa comprometida com a comunidade.
C.L - Com certeza, isso traz uma imagem de empresa preocupada, passa uma segurança, que é uma empresa preocupada, comprometida com a sociedade, com os associados. Tendo a visão de se preocupar com a própria imagem, onde tem que ser uma empresa parceira da comunidade.
C.J - Com certeza, inclusive uma das questões de voltarmos a fazermos o balanço socioambiental é porque gostaríamos de inscrever essas ações da cooperativa no programa que a Alesc tem, a Assembleia Legislativa do Estado, onde esse programa contempla as melhores ações, principalmente na área ambiental dos órgãos e entidades públicas e privadas, seria uma forma inclusive de divulgação, em nível de Estado, dessas ações que muitas vezes são específicas nossas da cooperativa. Hoje não é feito a divulgação à Alesc devido a não ter o balanço Social, inclusive é feita uma premiação, que é o prêmio Socioambiental, que ela oferece às entidades, empresas e as cooperativas com melhores programas socioambientais no Estado, mas só pode concorrer se tem o balanço socioambiental, e a cooperativa não tem.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

A percepção das cooperativas quanto ao retorno de sua visibilidade perante as ações sociais e ambientais é algo evidente a todas. Os termos “comprometimento” e “segurança” são destaques em seus depoimentos, os quais demonstram que a ênfase de tais práticas apresenta retornos à visibilidade organizacional. Evidenciado por Queiroz *et al.* (2007), a legitimação organizacional pode ser considerada como garantia de fontes de renda econômicas, por meio do uso do capital institucional como recurso para encaminhar estratégias.

A visão institucional para a C.J, por exemplo está além do alcance comunitário, visto que há a intenção de divulgar suas práticas e

se inscrever em um programa de premiação feito pela Alesc anualmente, além de a interação que a cooperativa pretende ter com a divulgação de seu Balanço Social novamente. Esses atos são características do isomorfismo normativo, que segundo Carvalho, Vieira e Lopes (1999) e Dimaggio e Powell (2005), se apresenta pela adesão voluntária, derivado principalmente da profissionalização, o que aponta o depoimento da C.J, quando direciona a intenção de participar de eventos e ir além com as suas divulgações.

A legitimidade das organizações se apresenta diretamente ligada à divulgação de suas ações, a evidenciar ao público externo daquilo que pratica e fomenta. A conformidade na alegação da C.A e C.L em transparecer uma imagem de empresa comprometida demonstra tal intenção institucional.

Quadro 14 - Questionamento esfera Econômica 3

9 - A cooperativa estimula e apresenta práticas que gerem economia para a comunidade?
C.A - No setor de distribuição de energia, sempre se produz campanhas para redução do consumo. Além de gerar economia, também produz a cultura futura de evitar o desperdício
C.L - Faz campanhas direto de economia de energia, isso é divulgado em rádio, em grupos de rede social, em jornal impresso, sempre fazendo essa campanha.
C.J - Sim, com certeza, a gente tem folder, onde a gente orienta a comunidade, o nosso associado a economizar energia, a preservar o meio ambiente. Inclusive folder de como fazer uma instalação coberta, explicando os perigos das ligações erradas dentro da sua residência, então nós temos realmente essas práticas que estimulam nosso associado a fazer de forma correta.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

A conscientização se demonstra em ambas as cooperativas, visto que todas desenvolvem ações para economia de energia. Essa orientação aos seus associados está presente na afirmação de todas, o que demonstra uma prática comumente difundida.

A C.J afirma ainda que, para além da economia efetiva de energia, aponta os riscos que o setor apresenta no manuseio incorreto de determinadas práticas, considerando a segurança de seus associados. A preocupação apresentada pela C.A demonstra que estimula não apenas a ação imediata, mas também a inserção na cultura de evitar o desperdício. Dessa forma, o estímulo a uma adequação cultural,

possivelmente instaurada na organização, que deseja alcançar a sua comunidade externa.

O setor elétrico, independente da organização estudada, demonstra, pelos questionamentos, o viés econômico em destaque, tanto na visibilidade de economia quanto na disseminação de práticas que garantam maior ganho, ao associado ou à organização.

4.4.2 Categoria Social

A partir dos estudos de Elkington (1994), a sustentabilidade baseada em suas três esferas, acentua a visibilidade necessária a ser despendida não apenas ao âmbito econômico das organizações, mas sim, de forma igualitária, à esfera ambiental e social. Dessa forma, Elkington (1994) sugere que a atenção social seja designada a um sistema que alcance a justiça social, gerando renda e oportunidades, através dos serviços sociais como saúde e instrução, com tratamento igual a todos.

Nessa perspectiva, buscou-se identificar os indutores isomórficos às ações sociais que as cooperativas desenvolvem.

Quadro 15 - Questionamento esfera Social 1

10 - Existem ações sociais inspiradas em modelos de outras cooperativas? O que motivou tal adesão?
C.A - As cooperativas sempre estão em reunião, as quais promovem a integração do seguimento. Todas as práticas desenvolvidas com sucesso em uma cooperativa são objeto de transferir o conhecimento as demais para que sejam todas exitosas.
C.L - Com frequência, as cooperativas se reúnem, no mínimo uma vez por mês, as cooperativas do ramo de eletricidade, e sempre há uma troca de experiência, o que uma aplicou que deu certo a outra também procura fazer, ou as vezes com alguma adaptação, às vezes o que é prática em uma região não consegue adaptar exatamente na outra, então faz adaptações, mas sempre há uma troca de cases . As campanhas de economia de energia são fortes, uma sempre passa para outra, o que fez, criação de algum mascote para incentivar nas escolas essa educação ambiental, social.
C.J - Não, as nossas ações são exclusivas da Cerej, pode ser que outras cooperativas desenvolvam os mesmos programas, mas não temos conhecimento. A divulgação da Cerej é a nível dos nossos associados, pelo site e as redes sociais.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Na tentativa de identificar diferentes indutores entre as práticas desenvolvidas, no âmbito social, a similaridade nos depoimentos entre a

C.A e C.L apontam que o isomorfismo mimético se torna evidente e exitoso no meio elétrico. A divulgação de práticas de sucesso entre as cooperativas do setor aponta uma adesão por parte das demais, quando os resultados se apresentam positivos a seus associados.

Motivadas pela assertividade de suas ações, o compartilhamento de tais informações com as demais cooperativas, fornece material a desenvolver o disseminar o trabalho. Confirmando a visão de Carvalho, Vieira e Lopes (1999), o isomorfismo mimético adota procedimentos e técnicas já provadas na tentativa de se livrar de incertezas ou mesmo para se legitimar, demonstrando que está constantemente desenvolvendo melhorias de suas atuações. A busca pela legitimidade da instituição, apresenta-se na percepção de que fatos exitosos, em outras organizações, conferem à cooperativa também a certeza de prática assertiva.

C.L ainda esclarece que nem sempre a execução da atividade é feita da mesma forma que no modelo original, por isso são feitas adequações. Ambientes organizacionais possuem características próprias, que nem sempre são iguais as de uma organização com a mesma atividade econômica, o que pode estar influenciado pela característica da região, da comunidade, da cultura local, o que justifica tais adequações conforme citada.

Contudo, para a C.J, suas ações são exclusivas às demais cooperativas. Posicionamento divergente em relação às anteriores, visto que como citado existe a interação entre as cooperativas do setor na divulgação de determinadas práticas. E isso possivelmente aponta para uma força normativa, que seja estimulada pela organização. Nesse contexto, Dimaggio e Powell (2005) defendem que essa força é derivada principalmente da profissionalização, guiado por uma base cognitiva em busca da legitimidade. De maneira mais independente, C.J conta com um departamento próprio para a área ambiental e social, o que demonstra possível visão de ter suas próprias práticas, sem inspirações em demais cooperativas.

Quadro 16 - Questionamento esfera Social 2

11 - A cooperativa possui ações sociais próprias criadas em virtude da característica de seus associados?
C.A - Cada Cooperativa possui um programa social a ser implantado em sua área de atuação. O programa sempre é formatado em função do estudo realizado referente às necessidades do quadro social.
C.L - Não sei se diria própria, geralmente o que uma faz a outra procura fazer, não tem uma só que acontece só aqui. Pode acontecer em cooperativas de forma diferente, mas sempre acontece. Como destaque, temos o seguro "Plano família", apoio a entidades educacionais, religiosas e hospitais como social e o PEE, que é a substituição de lâmpadas, descarte ecológico de pilhas, baterias, eletrônicos e lâmpadas e o descarte correto de sucatas e material de rede, na parte ambiental.
C.J - Não, específicas não, são de forma geral.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Questionados quanto a programas específicos de cada cooperativa, a conformidade dos depoimentos aponta que elas se assemelham em suas práticas sociais, possivelmente adaptadas em virtude de necessidade social ser diferente nas regiões por elas atendidas.

Talvez, por não ser a finalidade da atuação da organização, mas sim, em ser contributiva para a região, as práticas sociais não tenham alcance específico em cada uma delas.

Quadro 17 - Questionamento esfera Social 3

12 - Os programas e ações sociais visam atender alguma exigência que a cooperativa precisa atender? Ou são desenvolvidos por motivações institucionais?
C.A - A maioria por motivos institucionais, mas, nos tempos atuais, as administrações vêm priorizando a participação do quadro social nas decisões a serem inseridas no planejamento.
C.L - Motivações institucionais, geralmente incentivadas pelas cooperativas, a OCESC, que é a organização das cooperativas, procura incentivar ações voltadas aos cooperados e ao social. Isso já é desenvolvido há mais tempo. O que ocorre é que cooperativas maiores possuem um departamento apenas para isso, e as cooperativas menores não tem um departamento para isso, então em determinadas épocas do ano o pessoal se empenha em fazer alguma atividade. A Cergal não tem órgão responsável, os próprios colaboradores se dividem para desenvolver alguma ação, mas o <i>start</i> vem da Diretoria, da gestão.
C.J - Algumas ações elas são motivadas pela própria cooperativa, outras ações também que a gente participa, no município de Major Gercino, é o termo de ajuste de conduta pública, que fazem parte quatro entidades, a Cerej, a Prefeitura de Major Gercino, o Incra, e o Ministério Público Federal, onde a Cerej entrou como colaboradora, na preservação de 180 propriedades, na comunidade Boa Esperança, onde a gente desenvolve ações de preservação ambiental ao longo do Rio Esperança.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

As motivações institucionais para as práticas sociais são predominantes entre as cooperativas, de forma que, quando questionadas quanto a existir exigências a serem atendidas, em ambos os casos o direcionamento institucional prevaleceu. Torna-se perceptível que, diante das afirmações das cooperativas, o isomorfismo coercitivo não é influenciador nas ações e práticas das cooperativas.

Ao afirmarem por motivações institucionais, exemplificam alguns casos característicos de cada cooperativa, a C.L cita por exemplo o estímulo pela OCESC em estimular em todas as cooperativas essa iniciativa ao desenvolvimento de práticas sociais, o que já é uma cultura disseminada para as cooperativas do setor. Cita também a facilidade de maiores cooperativas em desenvolver práticas sociais por terem departamentos específicos, enquanto outras, por serem menores, não possuem departamento específico, trabalhando com o pessoal disponível de outros setores.

A C.J, por exemplo, cita o programa que atende em parceria com demais entidades, a fim de promover a interação e o desenvolvimento de determinadas regiões da comunidade. O que aponta o discurso da C.A, quando alega que estão sendo priorizadas ações sociais no planejamento da organização.

A visibilidade organizacional se torna muitas vezes predominante na intenção de atender e desenvolver práticas sociais, demonstrando um comportamento institucional que visa estimular uma nova cultura

organizacional, além de servir a comunidade estimulando novas práticas e ações.

A esfera social não demonstrou influência de fatores coercitivos em seus indutores, pelo menos não predominantemente. Contudo, os indutores do isomorfismo mimético se apresentaram em destaque, considerando que são compartilhadas as experiências das cooperativas em reuniões e palestras, bem como uma interação entre elas.

4.4.3 Categoria Ambiental

Como terceira esfera da sustentabilidade, a ambiental, visa à sustentabilidade efetiva das ações organizacionais. Vale ressaltar que a necessidade de atenção dada ao meio ambiente se torna cada vez mais latente entre as organizações, visto que essa preocupação é necessária ao convívio comum.

Abaixo os três questionamentos dessa categoria.

Quadro 18 - Questionamento esfera Ambiental 1

13 - Existe na cooperativa programas ambientais desenvolvidos com fins específicos a exigências legais, quais? E com motivações próprias, são desenvolvidos?
C.A - Sempre que se constrói um alimentador que resultará em supressão de alguma área de florestal, as exigências ambientais determinam a necessidade de aprovação dos órgãos ambientais e compensações. Não se observa muito a questão de motivações próprias nestas ações.
C.L - A gente tem, na ambiental, a coleta de lixo elétrico, que é um ponto de captação, que as pessoas entregam lâmpadas, reatores, e todo esse lixo elétrico depois é feito um descarte, então isso faz parte um pouco da legislação do setor, não é obrigatório, mas o setor incentiva isso e é uma prática desenvolvida. Isso na cooperativa de Gravatal mas em outras cooperativas também.
C.J - Um dos programas que a gente tem é o cumprimento desse termo de ajuste de conduta, lá na comunidade da Boa Esperança, onde a gente atende os nosso cooperados lá, e os outros programas ambientais eles são motivados pelo nossa própria instituição onde a gente atende o pedido do nosso associado quando ele deseja recuperar determinada área de sua propriedade.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

As práticas ambientais desenvolvidas pelas cooperativas não se caracterizam, conforme seus discursos, como sendo práticas obrigatórias, que buscam atender a determinada demanda coercitiva. Quando observados os apontamentos da C.A, a referência feita ao atendimento legal, se dá, em decorrência da necessidade da ampliação de sua rede, ressaltando que a área sendo nativa necessita de aprovações

dos órgãos competentes, o que é decorrência do processo, e não uma imposição legal.

Já a C.L e a C.J apresentam ações ambientais desenvolvidas em comunidade, mas que também não possuem caráter obrigatório; logo, novamente; a cultura organizacional em desenvolver atividades, agora ambiental, prevalece em suas ações.

A influência do isomorfismo mimético pode ser observada, quando a C.L aponta que as ações de coletas de lixo eletrônico são desenvolvidas não apenas pela cooperativa, mas também por outras, apontando a similaridade das ações.

Quadro 19 - Questionamento esfera ambiental 2

14 - A cooperativa desenvolve ações ambientais em comunidade visando ações sustentáveis e de conscientização? De que forma atua com a comunidade e como ela adere tais ações?
C.A - Atualmente algumas cooperativas têm demonstrado muito timidamente um comprometimento com a questão ambiental, fazendo um trabalho de conscientização dos associados no sentido de não implantar árvores em leito de redes as quais sejam necessários suprimi-las com o passar do tempo.
C.L - Geralmente, a ação não faz de forma direta, mas em apoio com algumas entidades e associações que desenvolvem as ações. Aqui em Gravatal, tem os protetores ambientais, uma associação formada por professores e alunos que visa conscientizar nas comunidades a preservação ambiental, cuidados com óleo, com resíduos de difíceis descartes em casa, e a cooperativa ajuda com apoio financeiro, dando suporte para eles fazerem essas campanhas, essas divulgações. Geralmente, em ações de associações, prefeituras e escolas.
C.J - Sim, nessa comunidade de Major Gercino, a gente trabalha com as crianças nas escolas, com palestras, com educação ambiental, inclusive a gente tem uma propriedade em poder de um associado, onde a gente leva essas crianças para falar sobre lixo, sobre área de preservação permanente, cultivar mata nativa. Temos um viveiro de produção de mudas, a Cerej acredito que uma das poucas cooperativas se não a única que possui um viveiro de mudas de árvores nativas, temos hoje aproximadamente quase 15 mil mudas de árvores para serem distribuídas gratuitamente ao nosso associado, essas ações são quase que exclusivas da nossa cooperativa.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

A atuação das cooperativas em ações ambientais se dá de forma participativa, pela indicação dos depoimentos. A C.A, timidamente, afirma ter práticas ambientais em comunidade, contudo aponta ter ciência de informar a seus associados quanto ao cuidado em não inserirem novas árvores em leitos de rede, para que não haja em retrabalho para a retirada das mesmas.

Já a C.L e a C.J apontam a participação em ações desenvolvidas em sociedade, por outras entidades, em que possuem participação ativa. A C.L cita a participação em ações de conscientização juntamente a associações de bairro e demais entidades, considerando também o aporte financeiro destinado para tais ações.

A C.J enfatiza o projeto desenvolvido com a comunidade de Major Gercino, em que aponta ter participação ativa, principalmente com a manutenção e recuperação de áreas degradadas, além de possui um viveiro de produção de mudas de árvores, o qual é de sua responsabilidade, aliada à inserção da comunidade escolar nesse viveiro para conscientização nas escolas e da própria comunidade. Consoante a

esta prática, a C.J aponta que, em 2018, foram 50 mil mudas produzidas no próprio viveiro, distribuídas gratuitamente a seus associados.

Quadro 20 - Questionamento esfera Ambiental 3

15 - Existe algum tipo de ação ambiental inspirados em ações que já deram certos ou outras instituições? Como a cooperativa passou a aderir?
C.A - Atualmente algumas cooperativas passaram a construir redes ecologicamente sustentavel e esta prática está motivando outras a realizar o mesmo.
C.L - Não me recordo no momento, mas sim, geralmente essas ações são inspiradas em algum case que já aconteceu, mas, em maioria, o que acontece é que a cooperativa tal fez, apresentou um <i>case</i> nas reuniões, deu certo, e foi trazido para a cooperativa com alguma adaptação. As cooperativas estão sempre relatadas nas reuniões, nos cursos, nos encontros que acontecem, com que fez, se deu certo, ou por alguma mídia social ou impressa a cooperativa fica sabendo que outra está fazendo, aí liga, pergunta e essa troca de informação é natural. Isso é muito forte, as cooperativas estão propensas a passar para a outra o que deu certo.
C.J - Não, são iniciativas nossas, nunca copiamos nenhum outro projeto, as ações que a gente tem de preservação do meio ambiente são ações nossas, exclusivas

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

A interação de práticas entre as cooperativas é perceptível em determinadas ações, mas também se difere em alguns casos. Ao questionar sobre a inspiração de novos modelos já abordados em outras cooperativas, a C.A e a C.L apontam que existe essa interação entre as elas. O que, por vezes, pode ser considerado uma prática do próprio cooperativismo em compartilhar do conhecimento e das experiências. Apontando, possivelmente, um indutor mimético na adesão de práticas já consolidadas e efetivas.

Por outro lado, a C.J demonstra não ter esse tipo de adesão, quando abordada sobre se inspirar em outras cooperativas. O que aponta, certamente, para uma propensão ao isomorfismo normativo, o que já foi averiguado em outros questionamentos à C.J. A indução normativa prevalece quanto às práticas ambientais, visto que a cooperativa afirma que são iniciativas próprias, e exclusivas.

As ações ambientais, por não terem prerrogativa coercitiva, destacam-se em induções mimética entre as cooperativas, visto que o compartilhamento de informações e adesão voluntária por parte das cooperativas em relação às práticas exitosas se dá de forma espontânea, visando a aderência da comunidade e a legitimidade da organização.

4.5 PRÁTICAS SOCIAIS E AMBIENTAIS INSTITUCIONALIZADAS

Por meio dos discursos dos entrevistados, pode-se elencar as práticas que são destaque em cada cooperativa, de forma que se possa vincular algum elemento indutor para sua execução.

As práticas foram observadas nas falas dos entrevistados apontadas abaixo.

Quadro 21 - Identificação de práticas na Coopermila

Cooperativa	Ação/Prática		Indutor
Coopermila	Econômico	Redução de consumo de energia;	Institucional
	Social	Palestras;	Institucional
	Ambiental	Conscientização do cooperado nas áreas de plantação de árvores;	Normativo
		Rede ecologicamente sustentável;	Normativo

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

O depoimento da C.A evidenciou quatro práticas institucionalizadas na cooperativa, que puderam ser evidenciadas por meio das suas respostas. Algumas ações não apontam uma relação direta com o isomorfismo, sendo este caracterizado unicamente como uma característica da instituição. Contudo, algumas ações apontam que há a intenção da própria cooperativa em desenvolver e repassar a seus associados.

Quadro 22 - Identificação de práticas na Cergral

Cooperativa	Ação/Prática		Indutor
Cergral	Econômico	Campanha de conscientização de economia de energia;	Mimético
		Seguro plano família;	Institucional
	Social	Apoio a entidades educacionais, religiosas e hospitais;	Institucional
		Palestras;	Mimético
	Ambiental	Substituição de Lâmpadas;	Normativo
		Descarte de lâmpadas, lixo eletrônico;	Normativo

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Apontando um número maior de ações sociais e ambientais, a C.L também possui práticas que não denotam um viés específico do isomorfismo, o que caracteriza uma prática institucional da cooperativa. Mas aponta também outras ações que caracterizam, além do isomorfismo normativo, o isomorfismo mimético, que demonstra que as práticas são compartilhadas entre as cooperativas e se tornam exemplos serem seguidos de uma cooperativa para outra.

Esse tipo de comportamento apontado por Dimaggio e Powel, caracteriza práticas que deram certo em determinadas organizações, as quais são reaplicadas em novas realidades.

Quadro 23 - Identificação de práticas na Cerej

Cooperativa	Ação/Prática		Indutor
Cerej	Econômico	Redução de consumo de energia;	Institucional
	Social	Palestras;	Mimético
		Campanha de conscientização de economia de energia;	Normativo
	Ambiental	Restauração de área degradada;	Institucional
		Educação ambiental nas escolas;	Normativo
		Doação de mudas de árvores nativas;	Normativo
		Termo de Ajuste de conduta pública;	Normativo
		Restauração da margem do Rio Esperança;	Normativo

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Com um número ainda maior de práticas, em relação as demais cooperativas, a C.J demonstra que suas ações estimuladas por consentimento próprio são as mais relevantes ao seu contexto. Além de possuir um destaque ainda maior para as ações ambientais, o que predomina a característica normativa das ações.

Destaque que traz melhor visibilidade à cooperativa, visto que possui em seu viés institucional a intencionalidade do desenvolvimento dessas ações e interação com a comunidade. O que também foi observado em seu discurso, quando citou a intenção da retomada de publicação dos RSAs e do Balanço Social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES

O objetivo do presente trabalho foi de investigar fatores que induzissem práticas socioambientais, voluntárias ou obrigatórias, nas cooperativas de eletrificação rural do Sul de Santa Catarina, vinculando os fatores indutores às forças isomórficas da teoria institucional.

Para o desenvolvimento do estudo, foi proposto, inicialmente, um questionário a todas as cooperativas de eletrificação rural de Santa Catarina que fossem regulamentadas pela ANEEL. Dessa forma a pesquisa inicial contou com um universo de dezoito cooperativas. Durante o mês de outubro de 2019, em dois momentos, foram estabelecidos contatos com todas elas, via telefone, para que se pudesse ampará-las do conhecimento sobre a pesquisa e convidá-las a participarem.

O questionário *on-line*, estruturado por meio do formulário eletrônico *Google*, foi estruturado em 18 perguntas as quais amparassem questionamentos relativos ao desenvolvimento e cumprimento de práticas sociais e ambientais que as cooperativas pudessem desenvolver. Estabelecido em escala *likert*, o questionário direcionaria as cooperativas para que apontassem em grau de intensidade com que as ações ou práticas fossem desenvolvidas.

Do universo das dezoito cooperativas contatadas para participarem da pesquisa, todas contatadas mais de uma vez, nove retornaram os questionários respondidos. Nesse ambiente de cooperativas, foram elencadas as cinco que, entre as suas considerações, apontaram o maior número de respostas, para que pudessem ser convidadas a participar de uma entrevista, agora com questionamentos discursivos, para que pudessem, assim, descrever melhor suas ações e práticas e identificar em seus discursos seus fatores motivacionais.

Das cinco cooperativas elencadas, foram apresentados os dados iniciais da pesquisa, considerando-as selecionadas a participar de uma entrevista, com questionamentos abertos e, assim, tendo uma percepção maior de suas práticas. Após contato com essas cooperativas, foi possível entrevistar três delas, que se mostraram interessadas em contribuir e disponibilizar ainda mais informações sobre as suas ações e práticas.

Essas entrevistas ocorreram na segunda quinzena de novembro de 2019 e foram previamente agendadas com os participantes, que já haviam respondido o questionário *on line*. Suas perguntas semiestruturadas foram direcionadas a identificar, entre as falas dos

entrevistados, as possíveis práticas e ações que as cooperativas desenvolvem em comunidade e verificar, nos seus discursos, quais fatores motivam tal prática, e se existem nelas a obrigatoriedade no desenvolvimento.

Por meio dos discursos dos entrevistados, foi possível detectar que as cooperativas possuem práticas e ações já institucionalizadas em seu escopo organizacional. Essas práticas são desenvolvidas em alguns casos desde gestão anteriores até os dias atuais, bem como estão sempre em constante adequação e inserção, de acordo com encontros e reuniões que as próprias cooperativas desenvolvem entre si, compartilhando suas experiências e feitos.

Unanime foi a constatação de que as práticas desenvolvidas nas cooperativas não possuem cunho coercitivo, aquele imposto por leis ou obrigações organizacionais. Mesmo estando desobrigadas a desenvolver alguns relatórios antes obrigatórios, as práticas que as cooperativas desenvolvem em comunidade, em nenhum momento, possuem caráter obrigatório. Foi identificado também que a desobrigação em desenvolver não práticas socioambientais, mas a divulgação delas por meio dos Relatórios Socioambientais e do Balanço Social traz perda de reconhecimento organizacional. Também foi demonstrado pelas cooperativas que a divulgação de suas ações e práticas estimulam a segurança e visibilidade da cooperativa, além de permitir que suas ações sejam reconhecidas e premiadas a nível estadual.

As práticas demonstradas pelas cooperativas, em seus discursos, puderam ser vinculadas aos seus indutores isomórficos, a partir do momento que foram exemplificadas as motivações para que pudessem acontecer. O estímulo do cooperativismo foi elencado como fonte de inspiração para o desenvolvimento há tempos de algumas práticas já institucionalizadas. Porém, a atenção despendida aos associados, em conjunto com os encontros e palestras que as cooperativas desenvolvem mensalmente, estimula o desenvolvimento de novas ações, bem como o compartilhamento de experiências exitosas, estimula com que novos programas sejam criados, assim como replicadas umas das outras com adaptações e melhorias.

A conscientização para a economia de energia elétrica, assim como a conscientização para preservação e recomposição de áreas e matas nativas, foi enfatizada pelas cooperativas como principais benefícios a serem estimulados em seus cooperados. Essas ações visam trazer melhores condições para a comunidade, repassando conhecimento e trazendo novos modos de agir em comunidade, estimulando uma

cultura de preservação e conscientização social e ambiental, desde as escolas até a comunidade como um todo.

Para as cooperativas, a legitimidade organizacional, ao transparecer para seus associados e à comunidade, representou o benefício principal a ser alcançado. Essa imagem organizacional preconiza uma das diretrizes a serem seguidas. Em comum consentimento, transparecer para a comunidade que suas ações e práticas visam o bem-estar comum e do meio ambiente é fator fundamental para as cooperativas.

Destarte, a identificação de que as cooperativas estão desobrigadas à divulgação dos relatórios socioambientais demonstra certa fragilidade nos entes reguladores, visto o cenário econômico e social em que o Brasil está, no qual a necessidade de informações e transparência dos fatos se torna indiscutível. Ao permitir que grupos organizacionais deixem de prestar informações relevantes à comunidade, entende-se existir, dessa forma, um retrocesso incalculável para a evolução e aperfeiçoamento dessa categoria. A permissão em deixar de apresentar determinados relatórios permite a essas organizações, mesmo que intrínseco, deixar de prestar contas daquilo que deve ser divulgado.

O cooperativismo se apresenta em diversos momentos nos discursos postos pelas cooperativas. Possivelmente, a cultura organizacional das cooperativas estimula essa interação com seus associados, o que reflete na imagem organizacional e nas suas ações.

5.1 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

a) A primeira limitação da pesquisa foi em conseguir contatar todos os responsáveis pelos setores das cooperativas. No contato inicial para participação do questionário, muitas vezes o direcionamento era feito pela própria atendente, o que possivelmente pode ter conflito de entendimento em direcionar o contato para a pessoa correta;

b) Consequente à primeira limitação, encontrar os responsáveis do setor presentes na cooperativa foi fator dificultador. Em alguns casos o contato foi estabelecido via celular, pelo fato de o responsável não se encontrar no estabelecimento, fazendo o contato ocorrer fora do ambiente da cooperativa. Em outros casos, o mesmo fato ocorreu, mas o

contato pessoal não foi fornecido, limitando a aceitar o retorno via contato com atendente;

c) A disponibilidade de tempo dos respondentes na participação da entrevista se mostrou limitador da pesquisa, visto que, em dois momentos, houve a remarcação da entrevista de um dos apontados no questionário, mas depois ocorreu a desistência por não ter disponibilidade para tal;

d) A falta de departamentos específicos para tais ações demonstrou que, em pequenas cooperativas, nem sempre os responsáveis possuem qualificação para tal, o que não apresenta a veracidade com que as ações são desenvolvidas, bem como o interesse em transparecer e divulgar os fatos;

e) A falta de estudo relacionado com ações e práticas socioambientais vinculadas às forças isomórficas também foi detectada na busca pelo assunto, mas poucos estudos apresentam essa relação.

5.2 SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS

a) Desenvolver a pesquisa com cooperativas que ainda não são regulamentadas pela ANEEL e verificar se cultura organizacional se comporta da mesma forma que as cooperativas regulamentadas;

b) Investigar, nas cooperativas de outras regiões, se os comportamentos isomórficos se dão da mesma forma e com práticas semelhantes;

c) Verificar, em cooperativas de outros setores também de infraestrutura, se existe essa interação com a comunidade, e se são desenvolvidas e estimuladas práticas e ações socioambientais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, K. K. N.; CALLADO, A. L. C. Indicadores de Desempenho ambiental e social de empresas do setor de energia elétrica brasileiro: uma análise realizada a partir da ótica da teoria institucional. **Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 3, p. 222–239, 2017.

ANEEL. Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. **ANEEL**, v. 4, p. 756, 2015.

AZEVEDO, Y. G. P. et al. Divulgação voluntária de informações Ambientais: Uma análise dos fatores determinantes nas empresas listadas na BM&FBovespa. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 14, p. 1–17, 2019.

BARBIERI, J. C. et al. Inovações E sustentabilidade: novos modelos E proposições. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 0034–7590, p. 146–154, 1991.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edições 70 ed. Lisboa:

BOYER, R. **La Théorie de la régulation. Une analyse critique**. La Decouve ed. Paris: 1, 1986.

BOYER, R. **Le Bout Du Tunnel? Stratégies Conservatrices Et Nouveau Régime D’accumulation**. La Decouve ed. Paris: 2, 2018. v. 5

CARDOSO, J. V. M. **Cooperativismo E Regulação : Análise De Desempenho Das Cooperativas De Eletrificação Do Sul Do Brasil**. Universidade Do Extremo Sul Catarinense, 2018.

CARDOSO, J. V. M.; CAMILO, S. P. O. O PROCESSO HISTÓRICO DAS COOPERATIVAS DE ELETRIFICAÇÃO DO BRASIL. **Estudios Historicos**, v. 5, p. 1–18, 2018.

CARVALHO, C. A. et al. A trajetória conservadora da teoria institucional. **Revista Eletronica de Gestão Organizacional**, v. 39, n. 4, p. 849–872, 2005.

CAVALCANTE, F. R. C. **Análise da desigualdade regional no estado de Rondonia à luz da teoria institucionalista de Douglass North**.

Universidade Federal do Parana, 2011.

CHURCH, J.; WARE, R. **Industrial organization: a strategic approach**. 1. ed. New York: McGraw-Hill, 2000.

CMMAD, C. M. S. M. A. E D.-. Nosso futuro comum. **Editora Fundação Getulio Vargas**, p. 44–71, 1991.

COASER, R. The new institutional economics. **American economic**, v. 88, 1998.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa, metodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. **Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/cupula/>. Acesso em: 24, mar. de 2019.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields. **American Sociological Review**, v. 48, n. 2, p. 147–160, 1983.

ELKINGTON, J. Canibals with forks: the triple bottom line of 21st century business. **New Society Publishers**, 1998.

ESTEVAM, D. DE O.; VERGINIO, M. R. C. A diversidade do cooperativismo brasileiro e catarinense. **Revista Catarinense de Economia**, v. 1, n. 1, p. 72–93, 2017.

ESTÊVÃO, J. Desenvolvimento Económico e Mudança Institucional. **Fundação educacional unificada campograndense**, 2004.

ETGETO, A. A. et al. Os Princípios Do Cooperativismo E As Cooperativas De Crédito. **Revista de ciencias empresariais**, v. 2, n. 1, p. 7–19, 2005.

FARIA, J. A. DE; ANDRADE, J. C. S.; GOMES, S. MARIA DA S. Fatores determinantes da Evidenciação das mudanças climáticas nas empresas brasileiras participantes do carbon disclosure project. **Revista de Gestao Ambiental e Sustentabilidade**, v. 7, p. 162–184, 2018.

FIANI, R. Teoria da Regulação Econômica: Estado Atual e Perspectivas Futuras. **Revista UFRJ**, v. 1, p. 1–33, 1998.

FRANCHINI, A. A.; CASTRO, G. P. C. DE. A teoria da regulação: uma revisão. **Revista UFMG**, p. 1–23, 1995.

FURTADO, C. **Teoria e Política do desenvolvimento economico**. Sao Paulo: Nova Cultural, 1986.

GIACOMIN, J. **VARIÁVEIS DETERMINANTES DO NÍVEL DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES VOLUNTÁRIAS AMBIENTAIS**. UNISINOS, 2016.

GIACOMIN, J. et al. Cooperativismo: uma análise da gestão de três cooperativas de Erechim/RS e dos indicadores econômico-financeiros de 2006 a 2015. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas – RGC**, n. 2359– 0432, 2018.

GOODE, W. J.; HATT, P. K. **Metodos em Pesquisa Social**. 7. ed. Sao Paulo: Nacional, 1979.

KAHN, A. E. **The economics of regulation: principles and institutions**. 3. ed. Cambridge, Massachusetts: Press, MIT, 1988.

KESSLER, M. R. **A regulação econômica no setor elétrico brasileiro : teoria e evidências**. Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul, 2006.

KLAES, L. SALGADO. **Cooperativismo e ensino à distância**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

LIPIETZ, A. Crise et inflation : pourquoi? **ECONOMIE ET SOCIALISME**, v. 1, p. 783–787, 1979.

LODI, J. B. **A Entrevista, teoria e pratica**. 6. ed. Sao Paulo: Administração e Negócios, 1989.

MARCH, J. G.; OLSEN, J. P. **Rediscovering institutions: the organizational basis of politics**. New York: Free Press, 1989.

MARTINEZ, M. F. **Variáveis Explicativas Da Favorabilidade Ambiental Do Consumidor: Uma Investigação Na Cidade De São Carlos**. FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 2010.

MARTINS, G. DE A.; THEOPHILO, C. R. **Metodologia da**

Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized Organizations : Formal Structure as Myth and Ceremony. **AMERICAN JOURNAL OF SOCIOLOGY**, v. 83, n. 2, p. 340–363, 1977.

NASCIMENTO, E. P. DO. Notas a respeito da escola francesa da regulação. **Revista de Economia Política**, v. 13, p. 120–136, 1993.

NORTH, D. C. Institutions. v. 5, n. 1, p. 97–112, 1991.

OCB. **O que é cooperativismo**. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/o-que-e-cooperativismo>. Acesso em: 12 maio. 2019.

OLIVEIRA, LUCAS REBELLO DE et al. **Sustentabilidade: da evolução dos conceitos à implementação como estratégia nas organizações** Palavras-chave. Produção, v. 2, p. 134–152, 2010.

OLIVEIRA, J. A. P. DE. Uma avaliação dos balanços sociais das 500 maiores. **RAE Electronica**, v. 4, n. 1, p. 19, 2005.

PECI, A. A nova teoria institucional em estudos organizacionais: uma abordagem crítica. **FGV**, v. 4, n. 1, 2006.

PELEGRINI, M. A. **A regulação das cooperativas de eletrificação rural**. Escla Politécnic, Univerdidade de São Paulo, 2003.

PEREIRA, A. C.; SILVA, G. Z. DA; CARBONARI, M. E. **Sustentabilidade, Responsabilidade Social e Meio Ambiente**. 3. ed. São Paulo: SARAIVA, 2012.

PEREIRA, F. A. M. A Evolução da Teoria Institucional nos Estudos Organizacionais: Um Campo de Pesquisa a Ser Explorado. **Revista Organizações em Contexto**, v. 8, n. 16, p. 275–295, 2012.

PHILIPPI, A.; NETO, A. J. S. **Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia e Inovação**. 2. ed. São Paulo: MANOLE, 2011.

PINHO, D. **O que é cooperativismo**. Coleção Bu ed. São Paulo: SARAIVA, 1966.

- PINHO, D. B. **Manual do Cooperativismo**. Sao Paulo: CNPq, 1982.
- POSNER, R. A. Theories of Economic Regulation. **The Bell Journal of Economics and Management Science**, v. 5, n. 2, p. 335, 1974.
- POWELL, WALTER W.; DIMAGGIO, P. J. The iron cage revisited : institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **The new institutionalism in organizations analysis**, 1991.
- POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. J. **El nuevo institucionalismo en el análisis organizacional**. Mexico: Colegio Nacional de Ciencias Políticas y Administración Pública, 2001.
- REIS, L. B. DOS; SANTOS, E. C. Energia eletrica e Sustentabilidade. In: MANOLE (Ed.). . **Cooperativismo**. 2. ed. So Paulo: Manole, 2015.
- ROWAN, B.; MEYER, J. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. **The New Institutionalism in Organizational Analysis**, n. 1–41, 1991.
- RUFINO, M. A.; MONTE, P. A. Fatores que explicam a divulgação voluntária das 100 empresas com ações mais negociadas na BM&FBovespa. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 9, n. 3, p. 59–75, 2014.
- SALGADO, L. H.; MOTTA, R. S. DA. **Marcos regulatórios no brasil: o que foi feito e o que falta fazer**. Rio de Janeiro: IPEA, 2005.
- SALIM, OMAR OUROBA, S. A. C.; ROSALEM, V. **Impacto socioeconômico das cooperativas: contribuição para um mundo melhor**. n. 2359– 0432, 2018.
- SAPPINGTON, D. E. M. Designing Incentive Regulation. **Review of Industrial Organization**, v. 9, n. 3, p. 245–272, 1994.
- SCHUMPETER, J. **A teoria do desenvolvimento economico**. Abril Cult ed. Sao Paulo: Abril, 1982.
- SCOTT, R. **Institutions and organizations. Ideas, interests and identities**. v. 17, n. 978–142242224, p. 369, 1995.
- SCOTT, W. R.; MEYER, J. W. The organization of societal sectors:

proposition and early evidence. **The New Institutionalism in Organizational Analysis**, p. 83–107, 1991.

SILVA, S. M. DA. **Determinantes de práticas socioambientais: um estudo multicase de companhias distribuidoras de energia elétrica da região Sul do Brasil**. Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2017.

TANCINI, G. R. **Itens regulatórios : um estudo aplicado à regulamentação tarifária da energia elétrica no Brasil**. p. 133, 2013.

VEBLEN, T. **A teoria da classe ociosa: um estudo economico das instituições**. 1. ed. Sao Paulo: Pioneira, 1965.

VILLAN, W. J. **Setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios catarinense: análise das políticas públicas estaduais, desenvolvimento regional e competitividade**. Universidade Do Extremo Sul Catarinense, 2016.

VISCUSI, W. K.; VERNON, J. M.; HARRINGTON, J. **Economics of Regulation and Antitrust**. 2. ed. Cambridge: Okaoa, 1996.

VOLTARELLI, F. R. **USINAS HIDRELÉTRICAS: A PERCEPÇÃO DOS GESTORES SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DA DIVULGAÇÃO VOLUNTÁRIA PARA LEGITIMIDADE ORGANIZACIONAL**. Universidade do Oeste do Parana, 2018..

APÊNDICE(S)

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO *ON LINE*

- 1 - A cooperativa desenvolve ações/práticas sociais em comunidade?
- 2 - Existem ações sociais criadas pela própria cooperativa?
- 3 - A cooperativa possui programas ou ações sociais inspiradas em programas de outras cooperativas?
- 4 - A ANEEL determina o desenvolvimento de alguma ação ou programa social para a cooperativa desenvolver?
- 5 - A Cooperativa aderiu a algum tipo de programa social por ele trazer mais benefícios para a comunidade?
- 6 - Existem programas que possuem prioridades frente aos demais existentes?
- 7 - Os programas sociais são criados exclusivamente para os associados à cooperativa?
- 8 - O desenvolvimento de novos programas sociais pela cooperativa é estimulado por fatores externos ao ambiente a qual ela está inserida?
Ex.: Eventos, feiras, mídia, cursos, palestras...
- 9 - O cumprimento de exigências feitas pela ANEEL é fator determinante no atendimento de programas sociais?
- 10 - A cooperativa trabalha com programas sociais também desenvolvidos em cooperativas de outras localidades?
- 11 - A cooperativa desenvolve ações/práticas ambientais em comunidade?
- 12 - Existem programas ou ações ambientais desenvolvidas na cooperativa decorrentes das atividades econômicas predominantes na região?
- 13 - A cooperativa participa de programas ou atividades ambientais em parceria com entidades privadas da comunidade?
- 14 - Existem exigências legais que a cooperativa desenvolve para preservação ambiental?
- 15 - A comunidade participa de forma voluntária em algum tipo de ação ou programa ambiental que a cooperativa desenvolve?
- 16 - A aderência a algum tipo de ação ambiental mostrou trazer benefícios para a comunidade de forma específica?
- 17 - Existe divulgação pela cooperativa à comunidade das ações ambientais feitas regularmente?
- 18 - Em níveis de importância, a cooperativa entende ser necessário desenvolver ações e práticas ambientais atualmente?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. O estímulo em desenvolver ações socioambientais em comunidade é característico de padrões ou comportamentos da região? (Ex.: é feito dessa forma por tal motivo...)
2. A cooperativa sempre desenvolveu tais ações ou elas foram se desenvolvendo a partir de fatos que ocorreram com o passar dos anos?
3. O desenvolvimento da comunidade influenciou ou influencia no modo de agir da cooperativa?
4. A partir do Despacho ANEEL n. 1.227, as cooperativas com mercado inferior a 500GWh/ano ficaram desobrigadas ao Relatório Socioambiental (RSA). A cooperativa continua desenvolvendo o Relatório? Qual motivo para continuar desenvolvendo, ou para deixar de desenvolver?
5. Pelo fato de estar desobrigada, a cooperativa deixou de desenvolver alguma ação social ou ambiental antes desenvolvida?
6. Existe alguma imposição legal que leve a cooperativa a desenvolver algum tipo de ação social ou ambiental?
7. É possível identificar algum retorno para os cooperados com as ações socioambientais desenvolvidas? De que forma?
8. O custo benefício de práticas sociais e ambientais representa uma melhor visibilidade para a cooperativa?
9. A cooperativa estimula e apresenta práticas que gerem economia para a comunidade?
10. Existem ações sociais inspiradas em modelos de outras cooperativas? O que motivou tal adesão?
11. A cooperativa possui ações sociais próprias criadas em virtude da característica de seus associados?

12. Os programas e ações sociais visam atender alguma exigência que a cooperativa precisa atender? Ou são desenvolvidos por motivações institucionais?

13. Existe na cooperativa programas ambientais desenvolvidos com fins específicos a exigências legais, quais? E com motivações próprias, são desenvolvidos?

14. A cooperativa desenvolve ações ambientais em comunidade visando ações sustentáveis e de conscientização? De que forma atua com a comunidade e como ela adere tais ações?

15 Existe algum tipo de ação ambiental inspirados em ações que já deram certos ou outras instituições? Como a cooperativa passou a aderir?